



**Universidade de Brasília
Instituto de Humanas - IH
Departamento de Serviço Social - SER
Trabalho de Conclusão de Curso - TCC**

RAYLANE STEPHANY BARBOSA DE SOUZA

**O Plano Juventude Viva sob a perspectiva dos/as gestores/as municipais
do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e
Entorno**

Orientadora: Prof. Ma. Lucélia Luiz Pereira

Brasília, Julho de 2015.



**Universidade de Brasília
Instituto de Humanas - IH
Departamento de Serviço Social - SER
Trabalho de Conclusão de Curso - TCC**

RAYLANE STEPHANY BARBOSA DE SOUZA

**O Plano Juventude Viva sob a perspectiva dos/as gestores/as municipais
do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e
Entorno**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Serviço
Social do Instituto de Ciências Humanas da
Universidade de Brasília como requisito para
obtenção de título de Bacharel em Serviço
Social, sob a orientação da Prof^a. Ma.
Lucélia Luiz Pereira.

Brasília, Julho de 2015.

Universidade de Brasília
Instituto de Humanas - IH
Departamento de Serviço Social - SER
Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

RAYLANE STEPHANY BARBOSA DE SOUZA

**O Plano Juventude Viva sob a perspectiva dos/as gestores/as municipais
do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e
Entorno**

Banca Examinadora

Prof^a Ma. Lucélia Luiz Pereira – SER/IH - UnB Orientadora

Prof.^a Dr.^a Karen Santana de Almeida Vieira (SER/UnB)

Assistente Social Cristina de Fátima Guimarães
SEDEST/DF - Examinadora externa

Brasília, julho de 2015.

*“Dedico este trabalho à minha mãe
Selma e a minha avó dona Nalvinha.*

A memória do meu avô Ademar.

*A todos os jovens negros que resistem
todos os dias.*

*E a todas as mulheres e mães negras
que perderam seus jovens filhos, irmãos
e amigos, vítimas de violência.”*

Agradecimentos

Agradeço a Deus, por sempre me ouvir. A minha avó dona Nalvinha, a minha mãe Selma e seu companheiro Naldo, ao meu irmão Dudu, as minhas tias, Nete, Duta, Ivone e Neide e aos meus tios, Ney e Gesoney, que foram essenciais na minha formação desde a infância.

À professora Ludmila Gaudad, que ainda no ensino médio despertou em mim o senso crítico e a vontade de transformação. Aos professores do cursinho pré-vestibular comunitário aos quais tenho hoje como amigos. As professoras do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, em especial a Karen Vieira, Priscilla Maia e Lucélia Pereira que me deram a oportunidade de, ainda no início do curso, participar do Núcleo de Análise e Avaliação de Políticas Públicas.

Agradeço a professora Debora Diniz por suas incríveis aulas e por despertar em mim o interesse pelo videoativismo e a Sinara Gumieri que me deu o apoio necessário na entrada de uma nova área de pesquisa. Agradeço também a professora Ana Flauzina, por, já no fim do curso, me permitir conhecer o pensamento negro contemporâneo, aprofundando mais ainda o debate das questões raciais.

As minhas supervisoras de estágio Cristina Guimarães e Ângela Nascimento por acreditarem na importância de uma assistente social na Secretária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Às companheiras e companheiros da Seppir, Paulo Victor, Clóvis Henrique, Felipe Freitas, Cláudia Giovanetti e Camila Antonelli com quem pude trabalhar diretamente com o Plano Juventude Viva, e se tornaram peças importantes para a minha formação. E a todas e todos que compõe e compuseram a equipe da Secretaria de Ações Afirmativas. A Marjorie e Paique pelos conhecimentos compartilhados.

Com muito amor, agradeço à minha prima/amiga Alessandra, aos amigos que conquistei ao longo do curso e que estiveram presentes, compartilhando ideias, agregando novos conhecimentos e dividindo dúvidas e angústias, Rafaela Sales, Janaína, Natália, Wemmia, Anna B., Emanuelle, Bruno, Lauana, Mariana, Renato, Árina e Elisandra. Aos amigos da linha 339, João, Danilo, Kamilla, Kamylla, Iony, Letícia, Gabriel Lima, Rayanne e Daniel, e as amigas de longa data Kamila e Paula.

De uma forma especial, e também com todo amor, agradeço a Jéssica Gillian, Daiara Leite, Marcos Venícius, Gabriel Dias e Denilson, pela amizade, pelo suporte e pela troca durante o período de construção desse trabalho.

Agradeço novamente as professora Karen e a Cristina por aceitarem estar na banca e, a minha orientadora Lucélia Luiz Pereira por, desde o primeiro semestre, me dar oportunidades, me incentivar, e despertar em mim o interesse pelas ações afirmativas.

*“Quem tem noção das coisas,
Sente o peso da maldade
A cobrança é maior,
Inteligência atrai vaidade
E quem se deixou levar fraquejou
Essa é a verdade, aprenda com os
erros, não se sinta um covarde”*

Criolo

Resumo

O Plano Juventude Viva foi lançado em 2012, uma ação conjunta entre a Secretaria de Nacional da Juventude (SNJ) e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) com articulação interministerial voltado para reduzir as vulnerabilidades da juventude negra e os altos índices de violência, garantindo os direitos da juventude. Atualmente o plano está pactuado com 142 municípios em seis estados, incluindo o Distrito Federal, territórios onde a juventude negra está mais exposta à violência. O presente trabalho objetiva analisar a implementação do Plano Juventude Viva na região do Distrito Federal e Entorno sob a perspectiva dos gestores municipais, Distrito Federal e da gestão federal (Seppir e SNJ). Pretende ainda compreender a percepção dos gestores a respeito do racismo institucional e de que forma tal racismo influencia nos índices de violência de seu território. Para tal, adotou-se como procedimento metodológico a pesquisa qualitativa a partir de análise documental baseada nas seguintes categorias chaves: Racismo, juventude negra, violência e negritude, políticas públicas e políticas sociais e políticas de ações afirmativas, além do estudo sobre o Plano Juventude Viva. Concomitante a análise documental, foi feita a observação participante de quatro oficinas de Abordagem e Identificação do Racismo Institucional, realizadas nos territórios, bem como entrevistas semiestruturadas com quatro gestores do Distrito Federal e dos municípios de Águas Lindas de Goiás, Luziânia e Valparaíso de Goiás. Realizou-se também entrevista como um (1) gestor da Seppir e um (1) gestor da SNJ. Com a análise das entrevistas foi possível perceber que os entrevistados e gestores compreendem a existência do racismo e o quanto ele marca a vida da juventude negra. Assim como também reconhecem a importância de tratar desse tema com os municípios e Estados, sendo o primeiro passo para que as ações do plano, que ainda não são desenvolvidas, avancem e contribuam para a redução da mortalidade dessa juventude. Com este trabalho pretende-se contribuir para novos estudos sobre a incidência do racismo na violência contra a juventude, e, tendo em vista que o Plano Juventude Viva é recente, contribuir para que ele seja difundido e melhor explorado.

Palavras-Chaves: Violência; Juventude negra; Política pública; Ações afirmativas; Plano Juventude Viva.

Abstract

The *Plano Juventude Viva* was started in 2012, in a joint effort between the National Youth Secretariat (SNJ) and the Secretariat for the Promotion of Racial Equality (Seppir), aimed at reducing the vulnerabilities of black youth and the high index of violence, ensuring the youth rights. Currently the plan is agreed with 142 municipalities in six states, including the Federal District, territories where Black youth are more exposed to violence. This work aims to analyze the implementation of the *Plano Juventude Viva* in the area of the Federal District and surrounding areas, from the perspective of municipal managers, of Federal District and federal management (Seppir and SNJ). It also aims to understand the perception of managers about institutional racism and how racism influences such levels of violence in its territory. To this end, was adopted as methodological procedure qualitative research, from documentary analysis based on the following key categories: racism, black youth, violence and blackness, public police and social and political policies of affirmative action, beyond the study of the *Plano Juventude Viva*. Together with documentary analysis, a participant observation was made in four workshops about Institutional Racism, held in the territories, as well as semi-structured interviews with four managers of the Federal District and the municipalities of Aguas Lindas de Goias, Luziânia and Valparaíso de Goiás. also conducted interviews as one (1) of Seppir manager and one (1) of the SNJ manager. With the analysis of the interviews it was revealed that respondents and managers understand the existence of racism and how it affects the life of black youth. As well as recognize the importance of treating this issue with the municipalities and states, being the first step in the actions that are not yet developed, advance and contribute to the reduction of mortality of this youth. This work aims to contribute to further studies on the incidence of racism in violence against youth, and, given that the *Plano Juventude Viva* is recent, contribute so that it is widespread and best explored.

Key Words: Violence; Black youth; Public policy; Affirmative action; *Plano Juventude Viva*.

Lista de Siglas e Abreviaturas

CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CONAPIR	Conferência nacional de promoção da Igualdade Racial
CONJUV	Conselho Nacional de Juventude
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
ME	Ministério do Esporte
MEC	Ministério da Educação
MINC	Ministério da Cultura
MJ	Ministério da Justiça
MS	Ministério da Saúde
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PJV	Plano Juventude Viva
PR	Presidência da República
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PPA	Plano Plurianual
RIDE	Região Integrada de Desenvolvimento Econômico
SAGI	Secretaria Nacional de Avaliação e Gestão da Informação
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SINAPIR	Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
SPAA	Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas

Lista de Tabelas

Tabela 1: Número de homicídios de jovens em 2012 Por Território Estudado	43
--	----

Sumário

Introdução.....	12
Capítulo 1 – Racismo e Juventude	14
1.1 Racismo, preconceito e discriminação racial: contextualizando o Racismo no Brasil.....	14
1.2 Racismo Institucional	18
1.3 Construção da Juventude no Brasil.....	20
1.4 Juventude Negra.....	22
Capítulo 2 – Violência e Políticas Públicas.....	24
2.1 Violência e Relações Raciais	24
2.2 Políticas Públicas Universais e Políticas Públicas Focalizadas	28
2.2.1. <i>Políticas públicas e Políticas Sociais</i>	28
2.2.2 <i>Políticas Públicas universais e Políticas Focalizadas de Ações Afirmativas</i>	29
2.3 Políticas para a Juventude	32
2.3.1 <i>Secretaria de Políticas para Juventude</i>	33
2.4 Plano Juventude Viva.....	34
Capítulo 3 - O Plano Juventude Viva sob a perspectiva dos/as gestores/as municipais do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno	37
3.1 Procedimentos Metodológicos	37
3.2 Perfil da Juventude e o Aumento da Violência Contra os Jovens	39
3.3 A Experiência das Oficinas de Enfrentamento ao Racismo Institucional.....	44
3.4 A implementação do Plano Juventude Viva.....	48
Considerações Finais	56
Referências Bibliográficas.....	58
Anexos.....	62
Anexo I - Roteiro para observação de oficina.....	62
Anexo II - Roteiro de Entrevista.....	63
Anexo III - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	64

Introdução

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) analisou a implementação do Plano Juventude Viva na região do Distrito Federal e Entorno sob a perspectiva dos gestores municipais e do Distrito Federal.

No Brasil, metade da população é constituída por negros, sendo que esses compõe também a maior parte da população que se encontra em situação de vulnerabilidade e convivem todos os dias com situações de racismo e de violação de direitos devido a sua raça/cor. Entre os jovens, esse número também é expressivo, uma vez que encontram-se em situação igual ou pior de vulnerabilidade, tendo em vista que são as maiores vítimas de violência física e estão incluídos nos altos índices de mortalidade.

As políticas de ações afirmativas são uma das formas de garantir a inserção do negro nos meios sociais e de reparar anos de negação e subalternidade. No Brasil, esse processo tem ocorrido de forma lenta, porém com a mobilização frequente dos movimentos negros, nos dias atuais podemos notar que mais negros estão inseridos no ensino superior e em melhores postos no mercado de trabalho, porém, ainda recebem os menores salários, mesmo com melhores qualificações.

O objetivo desse trabalho é realizar uma análise da implementação do Plano Juventude Viva, que é um conjunto de ações voltadas à juventude negra para redução da mortalidade e combate a violência. Essa análise será realizada através da percepção dos gestores municipais e do Distrito Federal, que em conjunto desenvolvem as ações do plano.

Dentre os eixos de ação do plano juventude viva está o aperfeiçoamento institucional e o combate ao racismo institucional. O combate ao racismo institucional está sendo desenvolvido a partir de oficinas municipais e estaduais, essas oficinas pretendem sensibilizar os gestores envolvidos no plano sobre a questão do racismo como estruturante da violência contra juventude negra.

Para a elaboração do trabalho realizou-se levantamento bibliográfico sobre o tema, buscando discutir o racismo, o preconceito e a discriminação no Brasil, para então compreender como a violência se insere nas relações raciais. Acerca do tema juventude foi realizada uma análise da sua construção social e quais os aspectos e formas de inclusão dos mesmos como cidadãos de direitos. Os dados utilizados na pesquisa são proeminentes do mapa da violência elaborado com os dados do Sistema de Mortalidade do Ministério da Saúde.

Utilizou-se metodologia qualitativa. Inicialmente foram observadas as oficinas de Abordagem e Identificação do Racismo Institucional nos municípios de Águas Lindas,

Valparaíso, Luziânia e no Distrito Federal. Foram realizadas entrevistas com gestores do Plano nos três municípios e no DF, bem como duas entrevistas com gestores do governo federal. O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética do Instituto de Humanas da Universidade de Brasília.

Este trabalho está estruturado em três capítulos: o primeiro aborda a contextualização do racismo no Brasil, racismo institucional e a construção da juventude; o segundo discute o fenômeno da violência e as relações raciais, políticas públicas, políticas de ações afirmativas e políticas para a juventude, e no terceiro a análise do dados coletados a partir das entrevistas com os gestores.

Pretende-se com este trabalho contribuir com a produção científica do Serviço Social voltado à temática da violência e juventude negra tendo em vista os índices de mortalidade estão cada vez mais elevados, e os jovens são as principais vítimas, e, dentro desse segmento, encontram-se os jovens negros que estão morrendo duas vezes mais (Waiselfisz, 2013). São vítimas de violência decorrente do racismo e do racismo institucional, deste modo faz-se necessário a criação de políticas de ações afirmativas voltadas à juventude negra de forma a reduzir esses índices e aumentar tanto a qualidade de vida quanto a longevidade da população negra.

Devido ao curto período em que o plano está sendo implementado há uma notável ausência de estudos mais aprofundados ou análises sobre seus indicadores e sobre como ele vem sendo desenvolvido. Além disso, também são reduzidos os estudos voltados à temática da violência contra a juventude negra. Entendendo o fenômeno da violência estrutural como parte da questão social o tema é relevante para a produção científica do curso de serviço social, onde encontramos um debate acerca da questão racial ainda em construção.

Capítulo 1 – Racismo e Juventude

“O fundo do atlântico guarda os rastros rotas traçadas a superfície da minha pele carrega as marcas vidas dizimadas[...]

1.1 Racismo, preconceito e discriminação racial: contextualizando o Racismo no Brasil

No ano de 2014 o Brasil completou 126 anos de abolição da escravatura, sendo o último país a abolir a escravidão. É um acontecimento historicamente recente, de uma época que marcou e ainda marca a trajetória dos negros no país. O Brasil é um país onde mais de 50% da população se auto declara como negra (pretos e pardos), de acordo com IBGE (Brasil, 2010), que também demonstram que esses se encontram mais vulneráveis, com os maiores índices de analfabetismo, fome, baixa escolaridade e desamparo social. Dados que decorrem de uma construção social pós escravocrata que, ao invés de inserir o negro na sociedade, o deixou as margens. De acordo com Clóvis Moura (1988) isso se explica pelo modelo no qual o Brasil se espelhava, o “padrão europeu”.

Historicamente após a abolição da escravatura, as elites brasileiras construíram um projeto de nação onde os descendentes de africanos escravizados não estavam inseridos. Isto se deu porque as elites brasileiras tiveram como escopo uma sociedade baseada nos valores da Europa; desse modo, o Brasil teria de ser civilizado, branco e cristão (Moura, 1988).

A partir dessa reflexão é necessário compreender a problemática da desigualdade racial no Brasil, o mito da democracia racial, o conceito de ‘branquitude’ e a diferença conceitual entre racismo, preconceito e discriminação racial, buscando compreender o significado destes conceitos bem como a relação estabelecida entre eles. Com isso será possível chegar ao foco principal do estudo que é o genocídio da população negra e as ações afirmativas. Para iniciar a discussão é preciso destacar que o conceito de raça ultrapassa questões de diferenças fenotípicas e se incorpora a um conceito social de relações de poder, segundo Mônica Fernandes,

Raça é um conceito que muda conforme o tempo e o lugar. Durante séculos, concepções que se arvoravam como científicas passaram a associar características físicas (cor da pele, textura do cabelo, forma do nariz, crânio) a características morais, psicológicas e intelectuais que supostamente predeterminariam as potencialidades das diferentes raças. Essas concepções, pretensamente científicas, foram utilizadas para justificar diferentes formas de opressão e dominação. A partir do início do século XX, essas teorias começaram a perder prestígio e serem relegadas pelos cientistas, e as "raças" passaram a ser teorizadas como construções sociais usadas para

reproduzir diferenças e privilégios (Fernandes, 2006:43).

As raças não são apenas definidas por diferenças físicas, apesar de toda uma construção histórica apontando para isso, essas corresponderiam também a diferenças intelectuais, morais e psíquicas desses grupos, ou seja, das diferenças físicas decorreriam diferenças morais e mentais que seriam transmitidas hereditariamente. O conceito de raça remete a uma abordagem sociológica, abordagem das relações, de identificação como grupo dentro da sociedade, diz respeito ao reconhecimento de identidade como sujeito.

No Brasil, as relações raciais são tratadas de forma “natural” do ponto de vista da sociedade, posto que nenhum embate ocorreu de forma oficial, como é o caso da segregação nos Estados Unidos e o apartheid na África do Sul¹. “O racismo brasileiro tem seu caráter não oficial, que é um meio de segregação, na perspectiva do não convívio com o diferente, negando o outro até anular a sua existência” (Conceição, 2013:74).

A abolição da escravatura foi vista pela sociedade brasileira como um ato de generosidade e não uma consequência de lutas contínuas, e fez pensar-se que sendo livre o negro seria parte da sociedade integrada como cidadãos de direitos, mas isso não ocorreu, “a transição do trabalho escravo para o trabalho livre teve intervenção direta do estado, sob a inspiração de uma ideologia racista e isto se refletiu em oportunidades desiguais de ascensão social após a abolição” (Conceição, 2013:68). Na década de 1930 começa a ser empregada a democracia racial, na qual as ideias racistas que estavam presentes, teoricamente, seriam extintas e entraríamos em um período onde todos seriam considerados iguais.

A democracia racial é considerada uma fonte de orgulho nacional, e serve, no nosso confronto/comparação com outras nações, como prova incontestável de nosso *status* de povo civilizado (Guimarães, 1999). De acordo com esse pensamento, vivemos em um país onde não existem definições de raças e que, conseqüentemente, essa categoria não tem incidência quando se fala em acesso a bens e serviços, assim como a garantia de direitos básicos. A dita “Democracia racial” no Brasil sustenta o argumento de que toda forma de preconceito e discriminações foram dissipadas, pois o país não passou por sistemas de segregação semelhantes ao norte americano ou ao sul africano, vivemos em um país onde todos têm, supostamente, direitos iguais e formas de alcançar o sucesso pelo seu próprio mérito, portanto, o racismo ainda

¹A segregação racial ocorre quando há a separação física dos grupos raciais. Nos EUA ocorreu as leis de segregação vigoraram entre 1800 e 1866, onde os negros e outros grupos raciais não poderiam desfrutar dos mesmos bens públicos que os brancos, desde transporte a escolas. O apartheid é uma forma de segregação institucional que ocorreu na África do Sul de 1944 até 1990. (Santos, 2001)

ocorre de forma velada e mesmo quando aparece de forma explícita, ainda é negado. De acordo com Munanga, (2006) a democracia racial,

Exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos e todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade (Munanga, 2006:89).

A configuração da população negra, segundo o IBGE, é formada por pretos e pardos. Para compreender a categoria pardo, é importante discutir a miscigenação. O processo de miscigenação é o que resulta nessa caracterização de cor e na exclusão do conceito de raça, surgindo a partir de termos como, moreno, moreno claro, mulato e etc. Dentro do ideário da democracia racial, a miscigenação traz o imaginário de que estamos em uma sociedade onde todos são iguais só que em tons diferentes, somos todos “frutos de uma mistura”, deslegitimando a cultura da população negra e criando formas de embranquecer totalmente a população.

A tese do branqueamento, compartilhada pela elite brasileira, era reforçada, de um lado, por uma evidente diminuição da população brasileira negra em relação à população branca devido, entre outros fatores, a uma taxa de natalidade e expectativa de vida mais baixas e, por outro lado, devido ao fato da miscigenação produzir uma população gradualmente mais branca.[...] O ideal de embranquecimento pressupunha uma solução para o problema racial brasileiro através da gradual eliminação do negro, que seria assimilado pela população branca. Nesse processo, a mestiçagem era apenas um processo; logo, era tomada como transitória (Costa, 2002:253).

A categoria branquitude é fundamental para o entendimento das relações raciais e da prática do racismo no Brasil, é necessário entender o que é ser branco e qual a sua representação para a população. Branquitude é um lugar, lugar de privilégio em detrimento do negro. Quando falamos de branquitude falamos de tipos ideais, de representação na mídia, na política e no meio social, é uma posição de poder. A branquitude é entendida como uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade (Schucman, 2014:84).

De acordo com Hélio Santos (2001), o racismo ocorre quando se atribuem a um grupo determinados aspectos negativos em razão de suas características físicas ou culturais. Daí surge à discriminação racial, ou seja, quando há a ação racista com o sentimento de superioridade inferiorizando o indivíduo por conta da sua raça. Lia Vainer Schucman atribui esse ideário de superioridade partindo do conceito de raça

biológica que ainda demarcam essas relações.

Considera-se o racismo qualquer fenômeno que justifique as diferenças, preferências, privilégios, dominação, hierarquias e desigualdades materiais e simbólicas entre seres humanos, baseado no conceito de raça. Isso porque, mesmo esse critério não tendo nenhuma realidade biológica, o ato de atribuir, legitimar e perpetuar as desigualdades sociais, culturais, psíquicas e políticas em função da "raça" significa legitimar diferenças sociais. E isso se dá a partir da naturalização e essencialização da falácia de diferenças biológicas que, dentro da lógica brasileira, se manifestam pelo fenótipo e aparência dos indivíduos de diferentes grupos sociais (Schucman, 2014:85)

Preconceito é o que impulsiona o desenvolvimento do racismo, e é entendido como o pensamento negativo construído no imaginário de cada um por meio dos fatores externos históricos, baseia-se fundamentalmente em preceitos sociais, na crença da existência de uma raça superior, a raça branca. O racismo é o sentimento de superioridade de um sobre outro e preconceito racial é uma ideia prévia negativa sobre alguém produzida a partir de uma comparação realizada com o padrão que é próprio àquele que julga (Beghin, Jacoud. 2001:38 38).

Qualquer análise do racismo brasileiro deve considerar pelo menos três grandes processos históricos. Primeiro, o processo de formação da nação brasileira e seu desdobramento atual; segundo, o inter cruzamento discursivo e ideológico da idéia de "raça" com outros conceitos de hierarquia como classe, status e gênero; terceiro, as transformações da ordem sócio-econômica e seus efeitos regionais. Procurarei em seguida tocar nos pontos principais (do ponto de vista do racismo atual) de cada um desses processos (Guimarães, 1999:36).

No Brasil, o racismo e a injúria racial² são considerados crimes inafiançáveis com base na constituição federal de 1988. No seu art. 5º inciso XLII, a CF determina que "a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito de reclusão nos termos da lei". A lei Caó, lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989 foi promulgada para regulamentar a disposição constitucional, define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. A Constituição já era explícita, ao repudiar o racismo como uma prática social, considerando-o crime imprescritível e inafiançável. Além de criminalizar as condutas anteriormente consideradas como contravenção, a Lei Caó criou novos tipos penais e estabeleceu penas mais severas (Brasil, 1988).

Em 20 de julho de 2010 foi sancionado pelo então presidente Luiz Inácio Lula

² De acordo com o código penal brasileiro artigo 140 § 3º Injúria Racial consiste em ofender a honra de alguém com a utilização de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião ou origem. Recentemente, a ação penal aplicável a esse crime tornou-se pública condicionada à representação do ofendido, sendo o Ministério Público o detentor de sua titularidade.

da Silva, o Estatuto da Igualdade Racial - Lei nº 12.288/2010. Este dispositivo legal foi instituído com o principal objetivo de garantir à população negra a efetiva igualdade de oportunidades na sociedade brasileira, a defesa dos seus direitos individuais e coletivos, além do combate a discriminação e as demais formas de intolerância. Em seu capítulo IV, o Estatuto da Igualdade Racial, doutrina sobre as instituições responsáveis pelo acolhimento de denúncias de discriminação racial e orienta cada pessoa sobre os mecanismos institucionais existentes que tem como finalidade assegurar a aplicação efetiva dos dispositivos previstos em lei. É, portanto, hoje, a principal referência para enfrentamento ao racismo e a promoção da igualdade racial (BRASIL, 2010).

A inclusão do “negro” deu-se por meio de políticas nacional-populistas de *integração subordinada* das classes e grupos populares e pela redução dos poderes das oligarquias tradicionais com suas ideologias racistas (Sales Jr., 2006: 229).

Assim como grande parte das legislações brasileiras, a efetividade dessas leis é questionável, visto que o racismo a brasileira se dá de forma sutil, não se caracterizando a ponto de ser classificada como racismo. João Gabriel Nascimento aborda como se desenvolve essa dinâmica,

O Brasil tem uma lei que afirma ser o racismo crime inafiançável, mas no cotidiano isso não se torna realidade, pelo fato do Brasil ter um racismo peculiar, o qual se assemelha a um camaleão, animal que se adapta às condições do lócus em que está presente, ou seja, consegue se camuflar. O racismo brasileiro não é diferente, ele se disfarça para atacar e ainda consegue sair impune (Nascimento, 2014:50).

Apesar desta análise, devemos considerar que toda a legislação que criminaliza o Racismo e as discriminações são frutos importantes das conquistas dos movimentos sociais, no caso do movimento negro, que desde o fim do período de escravidão, engajaram na luta pelo reconhecimento de seus direitos. Porém é necessário que essas informações sejam disseminadas e que essa legislação seja cumprida, de forma a combater o racismo, inclusive o racismo institucional, nos espaços de garantia de direitos da população.

1.2 Racismo Institucional

O racismo se expressa de diversas formas na sociedade brasileira, e como dito acima ele é sutil, se camufla, porém, quando começamos a perceber pequenas ações cotidianas com atenção, notamos a sua existência e vemos o quanto ele lesa o negro de seus direitos, é nesse contexto que o racismo institucional opera.

O racismo institucional é entendido como uma incapacidade de oferecer, da

forma que caberia às organizações, a promoção de direitos de todos os indivíduos sem distinção por cor, raça ou etnia. O racismo institucional ou sistêmico opera de forma a induzir, manter e condicionar a organização e a ação do Estado, suas instituições e políticas públicas atuando também nas instituições privadas, produzindo e reproduzindo a hierarquia racial (Geledés, 2013).

A ideia é simples. Os aparatos institucionais de uma dada sociedade encontram-se a serviço dos grupos hegemônicos que os criam e fazem com que funcionem para a reprodução do sistema que lhe confere significado e existência. Alguém que esteja operando esse sistema poderá produzir resultados raciais injustamente diferenciados ainda que não tenha intenção de fazê-lo. Embora esse tipo de racismo possa ser de difícil detecção, suas manifestações são observáveis por meio dos padrões de sistemática desigualdade produzida pelas burocracias do sistema, que, por sua vez, ao lado das estruturas, formam as instituições (Souza, 2011:4).

Dentro das relações de poder predomina a supremacia do homem branco, e nesses espaços, tanto públicos como privados não é diferente. O racismo institucional funciona de forma a reproduzir cotidianamente as formas discriminatórias, de estereótipos construídos social e historicamente em torno da população negra, é, em sua grande parte, instantâneo, e espontâneo, por vezes não intencional e por vezes não perceptível, alija o negro do acesso às políticas públicas o vulnerabilizando ainda mais como sujeito de direitos.

O racismo institucional é um dos modos de operacionalização do racismo patriarcal heteronormativo - é o modo organizacional - para atingir coletividades a partir da priorização ativa dos interesses dos mais claros, patrocinando também a negligência e a deslegitimação das necessidades dos mais escuros. É mais, como vimos acima, restringindo especialmente e de forma ativa as opções e oportunidades das mulheres negras no exercício de seus direitos (Werneck, 2013:29).

O racismo institucional contra a juventude negra se expressa de diversas formas, tanto quando esse jovem evade do ambiente escolar, por não se sentirem acolhidos pela instituição, como de forma mais perversa pela segurança pública e pelo sistema de justiça. Os jovens negros são alvo frequente de violência policial, compõe o grupo do "suspeito padrão" termo que se baseia em estereótipos para marginalizar o cidadão. Uma pesquisa realizada pela Universidade Federal de São Carlos em São Paulo (UFSCar, 2014), demonstra que os índices de homicídios de negros em ações policiais é três vezes maior em relação a população não negra. Os dados revelam que 61% das vítimas da polícia no estado são negras, 97% são homens e 77% têm de 15 a 29 anos.

[...] a ação da polícia não atende às determinações constitucionais e

sua ação cria desconfiança e medo porque está pautada em estigmas de cor, sexo e classe. A ação policial, para uma significativa parcela da sociedade, se expressa de forma violenta, com práticas de tortura, chantagem, extorsão e humilhação, particularmente contra negros, que são prioritariamente considerados perigosos e bandidos (Carneiro, Silva. 2009:37).

A ação policial violenta ocorre em sua totalidade nas periferias e em territórios mais afastados dos grandes centros, onde há a maior concentração da população negra. Como diz um trecho da música da banda brasileira O Rappa [...] *“em qualquer dura, o tempo passa mais lento pro negão quem segurava com força a chibata agora usa farda engatilha a macaca, escolhe sempre o primeiro, negro pra passar na revista, todo camburão tem um pouco de navio negreiro”*.

Apesar de alguns dados comprovarem essa ação violenta e situações de extermínio da juventude negra pela polícia não temos dados concretos devido ao uso equivocado dos autos de resistência. Os autos de resistência são, atualmente o maior entrave para investigação de homicídios da população negra no Brasil. O termo auto de resistência significa que a instituição policial pode agir em legítima defesa em caso de fuga do flagrante, quando há resistência a prisão, porém a polícia tem usado dos autos de resistência como uma licença para o extermínio da juventude negra elevando os índices de mortalidade e intensificando a violência.

1.3 Construção da Juventude no Brasil

Definir e delimitar como ocorre a construção da juventude no Brasil não é tão simples, tendo em vista as inúmeras definições e os marcos históricos que estão por trás da temática, ser jovem no Brasil sempre foi considerado apenas uma fase transitória para a vida adulta, para além de um período de transição, a juventude representa muito mais e o jovem deve estar inserido na sociedade como sujeito de direitos.

[...] é bem comum o pensamento de que o/a jovem está em uma fase de transição, é o sujeito no “vir a ser”, cuja realização como cidadão completo situa-se no futuro, na fase adulta. Pode-se admitir que a juventude é sim uma fase de transição, mas não apenas isso, pois não podemos explicar todas as ações dos e para os/as jovens a partir dessa representação (Nascimento, 2014:44).

A partir dos anos de 1920 o conceito de juventude começa a surgir de uma forma distorcida, o jovem era entendido apenas como um problema para a sociedade, não existiam ações de inclusão juvenil, as taxas de desemprego eram altas e as condições de trabalho péssimas. As políticas destinadas aos jovens, anterior à constituição, resumiam-se a políticas de contenção, de imposição de limites e marginalização do jovem. Tratando dos jovens mais empobrecidos, em sua maioria

negra, a repressão era intensificada e além do indivíduo a sua família também era culpabilizada pela sua condição social (Gomes, 2012).

O jovem passa a ser reconhecido como sujeito de direitos a partir da constituição de 1988, com efetividade somente na década de 90. Serviu como impulso a atuação da Organização das Nações Unidas (ONU), que passou a enxergar a transição entre a infância e a vida adulta como uma etapa importante, que precisa ser mais bem compreendida e respeitada, especialmente numa sociedade cada vez mais complexa e avançada social e tecnologicamente.

A definição de juventude, formulada por Helena Abramo (1997), assim como seus estudos sobre juventude ainda são utilizados na formulação de políticas públicas para a juventude. De acordo com Abramo, a noção mais geral e usual do termo juventude, se refere a uma faixa de idade, um período da vida, em que se completa o desenvolvimento físico do indivíduo e ocorre uma série de transformações psicológicas e sociais, quando este abandona a infância para processar sua entrada no mundo adulto. No entanto, a noção de juventude é socialmente variável. A definição do tempo de duração, dos conteúdos e significados sociais destes processos se modificam de sociedade para sociedade e, na mesma sociedade, ao longo do tempo e através de suas divisões internas. Ainda segundo Abramo (1997),

Como a juventude é pensada como um processo de desenvolvimento social e pessoal de capacidades e ajuste aos papéis adultos são as falhas nesse desenvolvimento e ajuste que se constituem em temas de preocupação social. É nesse sentido que a juventude só está presente para o pensamento e a para a ação social como “problema”: como objeto de falha, disfunção ou anomia no processo de integração social; e, numa perspectiva mais abrangente, como tema de risco para a própria continuidade social (Abramo, 1997:29).

Até o ano de 2013 a população jovem, nesse caso de 14 até os 18 anos de idade, era protegida apenas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assim, após a mobilização e discussão com os movimentos sociais foi aprovado o Estatuto da Juventude, que respalda e fortalece a organização de políticas de juventude em todas as esferas governamentais. De acordo com o Estatuto, pode ser entendido como juventude aqueles que estão com a idade de 15 a 29 anos. Este foi um marco importante, mas não podemos perder de vista que a análise da juventude deve ser feita para além da faixa etária, juventude é uma construção social, uma produção da sociedade em que está inserida, podendo ser definida a partir de diversos interesses, para além de uma faixa etária (Nascimento, 2014).

A realidade social demonstra que não existe somente um tipo de juventude, mas grupos juvenis que constituem um conjunto heterogêneo, com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades,

facilidades e poder nas sociedades. Nesse sentido, a juventude, por definição é uma construção social, ou seja, a produção de uma determinada sociedade é uma construção das múltiplas normas como ela vê os jovens, produção na qual se conjugam, entre outros fatores, estereótipos, momentos históricos, múltiplas referências, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo e etc (Esteves e Abramovay, 2007:21).

Esse momento de transição para a vida adulta é marcado principalmente pela vida escolar do jovem, onde ao passar dos anos mais responsabilidades são imputadas a esses jovens e cada vez mais são cobrados em relação ao futuro (Gomes, 2012). Porém, quando ampliamos o nosso olhar para as diversas juventudes, percebemos que esse processo não ocorre de forma proporcional, tendo em vista que a “juventude” começa mais cedo para o jovem pobre, para o jovem negro e para o jovem da periferia que são os primeiros a entrar no mercado de trabalho e em muitos casos não chegam a concluir o ensino médio.

1.4 Juventude Negra

Ao falar do tema juventude é preciso fazer um debate interseccional levando em consideração sua raça, gênero e territorialidade, isso porque, falar de juventude negra não é a mesma coisa que falar sobre juventude não negra, assim como falar de jovem, homem e negro não é semelhante a discutir sobre jovem, mulher e negra. O trabalho se debruça sobre os jovens homens negros, os quais se encontram em maior vulnerabilidade no que diz respeito a exposição a violência. Nesse Sentido Nascimento (2014), destaca que,

O fato é que as representações oriundas do século XIX e começo do século XX, que colocaram a população negra refém de estereótipos que circulam no imaginário social e influenciam nossas relações cotidianas, muitas são pré-julgamentos, a exemplo da pessoa que segura seus pertences com mais afinco quando vê um negro/a entrando no mesmo recinto que ele está. A presença dessas representações no imaginário reflete-se, ainda, em outras instâncias da sociedade, tais como as produções midiáticas que por meio de seus filmes e jornais, suas novelas e publicidades, reproduzem, difundem e até re-significam os estereótipos, como é o caso da naturalização do envolvimento de jovens negros com o consumo de drogas ilícitas e com o trabalho no narcotráfico[...] Daí, a necessidade de falar em juventude negras, para levar em consideração múltiplos sujeitos, pois o jovem negro das capitais é diferente do jovem negro do interior, ao mesmo tempo em que referenciais simbólicos que os unem. [...] Quando se fala na realidade presente da juventude negra brasileira, há que se admitir que ser jovem negro é diferente de ser jovem branco na sociedade contemporânea, não apenas em relação às diferenças de biótipo. Não há como negar o abismo que separa a juventude negra da juventude branca em alguns aspectos (Nascimento,2008:49).

Uma pesquisa realizada no Distrito Federal (Codeplan, 2013) mostra que os

jovens representam, segundo o Censo Demográfico de 2010 (IBGE), 28,5% da população total do DF, proporção maior do que a do país, que é de 26,9%. Há, portanto, 733.257 pessoas de 15 a 29 anos no Distrito Federal. No Brasil, a juventude soma 51.340.478 pessoas. Uma fase marcada por vulnerabilidade que toma maiores proporções quando os jovens são negros – pretos e pardos –, os quais compõem 59,1% do total de jovens no Distrito Federal. Esse percentual é superior ao da população em geral, na qual 56,1% são negros.

O recorte de raça para formulação de políticas para juventude se faz necessário a partir do reconhecimento da situação de vulnerabilidade pela qual o jovem negro está submetido, ao passo que está sujeito à marginalização e a destituição de direitos de forma mais exposta e discriminada.

De acordo com Araújo (2014), a juventude negra está destinada a exposição diária e permanente as expressões do racismo, uma infância com traços de violência que começam na escola e segue até a vida adulta. Ambiente que abriga os diversos tipos de estereótipos que permeiam a sociedade e os grupos mais vulneráveis, a escola é o lugar onde mais vitima as pessoas negras. Os jovens negros têm a educação mais deficitária, isso se deve ao próprios ares educacionais, pouco hospitaleiro, que engendra a evasão ou torna a trajetória educacional mais acidentada.

Subalternizados, estigmatizados e oprimidos no acesso a bens e serviços, a exemplos dos serviços públicos, como: educação, saúde, segurança, saneamento básico, entre outros, sem qualidade e de difícil acessibilidade, os/as jovens negros/as brasileiros estão condenados a viver à margem de uma sociedade em que se pensa democrática, mas que exclui e segrega de maneira mais perversa, pelo racismo (Araújo, 2014:86).

Os jovens negros são residentes, em sua maioria, em regiões periféricas, são os que primeiro ingressam no mercado de trabalho, principalmente no setor informal, porém, isso não significa que estão em melhores condições e que estão a caminho da ascensão, tendo em vista a desvalorização dele nos espaços sócio-ocupacionais, os níveis de escolaridade são baixos e os índices de mortalidade (que serão aprofundados ao longo do trabalho), são altos diminuindo a expectativa de vida dos homens negros.

A juventude negra tem tido uma grande representatividade na luta pelos direitos da população negra e jovem, buscando reconhecimento e mostrando a necessidade de políticas de ações afirmativas mais efetivas e políticas para a juventude, que as representem e garantam seu acesso a bens e serviços.

Capítulo 2 – Violência e Políticas Públicas

*[...] as lembranças permanecem vivas
se o navio agora é um camburão
ainda tem a mesma cor o corpo que
vai no caixão [...]*

2.1 Violência e Relações Raciais

O fenômeno da violência pode ser entendido de diversas formas, e as relações de poder tem forte influência neste processo. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS, 1996) a violência pode ser definida como o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação.

Das diversas classificações para violência está a violência estrutural, que segundo Minayo (1999), caracteriza-se pelo destaque na atuação das classes, grupos ou nações econômica ou politicamente dominantes, que se utiliza de leis e instituições para manter sua situação privilegiada, como se isso fosse um direito natural.

Fazendo a reflexão a partir da noção dos direitos humanos, a violência representa a violação dos direitos civis - vida, propriedade, liberdade de ir e vir, de consciência e de culto; políticos - o direito de votar e ser votado, a participação política; sociais - habitação, saúde, educação, segurança; econômicos - emprego e salário, e culturais - manter e manifestar sua própria cultura (Carneiro, 2009:17).

As relações sociais no Brasil são regidas por estigmas, por estereótipos que são marcados no negro, pela sociedade. Esses estereótipos tornam-se inerentes a sua existência no meio social. Reflexos de um contexto histórico do racismo no Brasil, a pessoa negra é segregada por não compor o grupo racial dominante, grupo dominante esse, que, representa uma parte menor da população, a marca de marginalização está no ser negro, classificado sempre como inferior, por que carrega em seu DNA elementos que o subalterniza.

O racismo é um tipo de violência estrutural que é representado em seus diversos níveis, preconceito, discriminação, segregação, violência física e verbal, homicídios e genocídio. O genocídio é uma forma de extermínio gradativo de um grupo ou população negando-lhe o direito humano a vida, negando sua existência como ser de direitos a fim de destruir os ideais e componentes culturais que compõe essa população (Flauzina, 2014).

Foi durante a década de 1960, período marcado por uma corrente de lutas em torno dos Direitos Civis nos Estados Unidos e em outras partes do mundo, que reconheceu-se que o racismo possui mecanismos sofisticados de atuação, podendo não somente ser

visto como uma ação individual que visa oprimir o outro, mas, também, um instrumento flexível a diversos moldes de atuação, cabendo inclusive no formato de ação coletiva executada por organizações/instituições que dedicam serviço diferenciado a seus usuários a depender de suas origens étnicas (Nascimento, 2014:18).

O genocídio da população negra é um assunto que vem sendo discutido, no Brasil, desde a década de 1970, em que eram visíveis as ações das polícias contra a população negra assim como o extermínio da mesma. Esse assunto foi problematizado pelo movimento negro unificado em uma marcha realizada em 1995. No ano de 1995, o Movimento Negro entregou ao presidente Fernando Henrique Cardoso, o documento Marcha Zumbi dos Palmares, contra o racismo, pela cidadania e pela vida, que afirmava no capítulo referente à violência que "[...] de 1970 à 1992 a Polícia Militar de São Paulo matou cerca de 8.000 pessoas; das 4.170 vítimas identificadas, 51% eram negras, numa cidade em que, segundo o IBGE, os negros somam 25% da população" (Documento Marcha Zumbi dos Palmares. Movimento Negro Unificado, Apud. Carneiro, 2009:100).

Os dados do Mapa da violência - Homicídios e juventude no Brasil³ fazem o recorte geracional, de raça/cor, gênero e territorialidade fazendo um comparativo do número de homicídios entre os anos de 1980 e 2011. Em 2011, morreram no Brasil 49.932 pessoas vítimas de homicídio, ou seja, 26,2 a cada 100 mil habitantes, dessa população total, 70,6% das vítimas eram negras. Dentro desse grupo encontram-se os jovens que estão em uma situação ainda mais vulnerável. Do total das vítimas, 53,3% eram jovens, desses jovens 76,6% negros e 91,3% do sexo masculino.

A violência contra a juventude negra perpassa vários espaços de violação de direitos em um período muito curto até chegar à violência letal. Os jovens, em sua maioria, são moradores da periferia, sem educação de qualidade e sem acesso a renda, estando expostos à estereótipos que os acompanham desde a infância. Os números de homicídios de jovens brancos caíram de 9.248, em 2000, para 7.065, em 2010. Enquanto os homicídios de jovens negros cresceram de 14.055 para 19.255 no mesmo período (Waiselfisz, 2013).

Com relação à escolaridade da população negra jovem, os indicadores refletem mais uma situação de violência e violação de direitos. Entre os jovens de 15 a 29 anos, a taxa de analfabetismo é de 1,1% entre os negros e 0,7% entre os não negros. Dados do IBGE (2010), demonstram que 62,4% dos jovens negros não estudam e

³ O "Mapa da violência - Homicídios e juventude no Brasil" elaborado por Julio Jacobo Waiselfisz é constituído por meio de dados fornecidos pelo Subsistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde composto por dados quantitativos de morte violenta no Brasil que envolvem morte por acidente de transporte, homicídios e suicídios.

também não estão procurando emprego, 33,5% dos jovens brancos estão no Ensino Superior, mais que o dobro do percentual para os jovens estudantes negros (15,9%) que continuam na escola.

A discussão sobre a questão espacial e a violência contra a população negra é trazida por Valdenice Raimundo (2010), em sua tese de doutorado. Desde a época da abolição da escravidão a população negra foi alocada distante dos grandes centros, sem oportunidade de exercer a dita liberdade que lhes foi concedida, passaram a ocupar os morros e os locais mais afastados do desenvolvimento, sem saneamento básico, energia elétrica e emprego. Seus direitos foram todos usurpados de forma que passaram a fazer parte e fazem até hoje da população mais vulnerável, da população que vive na periferia.

O foco desse estudo é o Distrito Federal e três municípios da RIDE, Águas Lindas de Goiás, Luziânia e Valparaíso de Goiás. De acordo com dados do censo demográfico de 2010 e do sistema de mortalidade do Ministério da Saúde, foi realizada uma pesquisa local pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal, Codeplan/DF na região metropolitana do DF e Entorno. Esses indicadores demonstram o perfil da população, assim como a evolução da mortalidade juvenil nessa região.

Não se diferenciando dos dados nacionais, a população total do DF é composta por 58,9% de negros. Dentre os municípios que serão analisados, da população total de Águas Lindas de Goiás (167.477), 67,7% se autodeclaram como negras, em Luziânia da população total (179.582), 63,5% são negras e em Valparaíso da população de 138.740, 64,5% são negras.

No DF, a população jovem (15 a 29 anos) é de 733.257, sendo 59,1% negros. Em Águas Lindas, dos 32.670 jovens, 65,1% são negros, em Luziânia dos 43.317 jovens, 60,5% são negros e em Valparaíso de Goiás dos 30.101 jovens 60,3% são negros. Esses dados demonstram a predominância da população negra nessas localidades, que são identificadas como as mais vulneráveis e que estão no *ranking* de mais violentas no Mapa da Violência, localidades onde a cor e a posição geográfica são fatores determinantes para que esse jovem seja alvo da violência e do extermínio.

No DF, em 2011, segundo o SIM, do total de óbitos por causas externas (1.916), mais de 39% eram compostos por jovens de 15 a 29 anos. De todas as mortes ocorridas por acidentes de transporte, 28,9% foram de jovens. Esse número não é maior porque a carteira de motorista só pode ser expedida a pessoas com 18 anos ou mais. Por isso, o número é muito alto entre 20 e 39 anos. De todos os óbitos por agressão (902), 54,5% foram de jovens.

A violência interpessoal, aquela que ocorre entre os próprios jovens é marcante

para o aumento dos índices, esses atos de violência se tornam um ciclo sem fim, pois o perfil daquele jovem que comete o ato de violência é o mesmo perfil daquele que sofre a violência. Essa relação também decorre da demarcação dos papéis de gênero, a demonstração da masculinidade, a competição, que acontece principalmente nas periferias.

Os jovens urbanos, em especial os jovens da periferia, constroem sua identidade em meio a um conflito cultural – de um lado, uma ávida cultura de consumo; de outro, a cultura da violência, glamourizando o crime e fazendo do tráfico de drogas não só um meio econômico, mas um meio de vida capaz de realizar as necessidades de consumo e permitir experiências significativas de poder e aventura em relação aos demais jovens (Cara e Gauto, 2008:180).

Uma questão importante a ser abordada são os números de homicídios cometidos pelo sistema de segurança pública e sua força policial. Uma pesquisa realizada no estado de São Paulo através da análise de 734 processos de mortes em decorrência da ação policial, demonstra que essa população é predominantemente negra, 61% das vítimas da violência policial no estado são negras, 97% são homens e 77% têm de 15 a 29 anos (UFSCAR, 2014). Porém esses números podem estar subrepresentados tendo em vista o grande quantitativo de crimes não investigados e os autos de resistência, que permite que a cena do crime seja modificada mudando os rumos das investigações.

A principal tarefa da polícia é, em seu sentido mais perverso, a aplicação da lei como um recurso para controlar e segregar grupos que são suas “propriedades”, para isto, ela está armada com um conjunto de leis permissivas e discricionárias para fazer valer o controle da ordem hegemônica (Nascimento, 2014:23).

Possuímos um sistema de segurança pública falho, uma polícia que reproduz o racismo institucional em suas atividades e abordagens cotidianas, que criminaliza o jovem negro, que criminaliza seu território e sua cultura. Para os policiais, a abordagem direcionada ao grupo negro é considerada como uma rotina necessária, visto que o grupo constantemente vigiado tem, na maioria dos casos, sua origem em camadas populares (Nascimento, 2014).

Ser jovem negro é estar constantemente em “atividade suspeita”. As políticas de segurança pública no Brasil são em sua totalidade de repressão e reprodução de violência, aclamadas pela sociedade e seu imaginário de justiça, não tem cumprido o papel de política pública a qual deveria servir. A criação e implementação de políticas públicas para a juventude e de ações afirmativas e que sejam também transversais as políticas de segurança pública são ações válidas nesse processo de desconstrução

desses imaginários referentes a juventude e a população negra.

2.2 Políticas Públicas Universais e Políticas Públicas Focalizadas

2.2.1. Políticas públicas e Políticas Sociais

Para compreender as políticas para juventude é necessário contextualizar o que é política pública e política social e como ela está inserida diante da atual conjuntura econômica e política do Brasil. Este é um tema largamente discutido e com um campo vasto de referências, tendo inclusive divergências entre autores sobre a sua definição. Aqui serão ressaltados apenas alguns dos conceitos utilizados para definir uma política pública. Segundo Maria das Graças Rua,

Políticas públicas compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores. Nesse sentido é necessário distinguir entre política pública e decisão política. Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas (Rua, 1997:01).

As políticas públicas visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis. Essas demandas são interpretadas por aqueles que ocupam o poder, mas influenciadas por uma agenda que se cria na sociedade civil por meio da pressão e mobilização social. Visam ampliar e efetivar direitos de cidadania, também gestados nas lutas sociais e que passam a ser reconhecidos institucionalmente. (Teixeira, 2002) Assim a política pública, está ligada as questões da esfera pública e coletivas.

Política pública, como já indicado, não é sinônimo de política estatal. A palavra *pública*, que sucede a palavra *política*, não tem identificação exclusiva com o Estado. Sua maior identificação é com o que em latim se denomina de *res publica*, isto é, *res* (coisa), *publica* (de todos), e, por isso, constitui algo que compromete tanto o Estado quanto a sociedade. É, em outras palavras, ação pública, na qual, além do Estado, a sociedade se faz presente, ganhando representatividade, poder de decisão e condições de exercer o controle sobre a sua própria reprodução e sobre os atos e decisões do governo (Pereira, 2008:94).

Dentro das políticas públicas estão as políticas sociais, que são entendidas como um conjunto de programas e ações do Estado, que se materializa na oferta de bens e serviços e transferências de renda, com o objetivo de atender as necessidades e os direitos sociais que afetam vários dos componentes das condições básicas de vida da população, até mesmo aqueles que dizem respeito à pobreza e à desigualdade (Castro, 2011:69).

2.2.2 Políticas Públicas universais e Políticas Focalizadas de Ações Afirmativas

As políticas sociais se estruturam no contexto da sociedade capitalista e do acirramento dos conflitos de classes inerentes a sua estrutura. Desde a idade média ações de políticas sociais foram criadas, para que, como hoje, pudessem suprir as necessidades, amenizar a fome, a pobreza e a miséria. Antes da eclosão do capitalismo, as políticas sociais tinham caráter institucional.

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – as expressões multifacetadas da questão social⁴ no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho [...] O surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de forças no âmbito do Estado (Behring e Boschetti, 2011:51,64).

Na perspectiva liberal, as políticas sociais são consideradas um impedimento para o desenvolvimento econômico e societário, o liberalismo parte da defesa do estado mínimo e livre mercado. O estado não deve interferir, não deve prestar serviços que garantam o bem-estar coletivo que possam alterar a atual conjuntura social.

[...] no capitalismo as políticas sociais resultam de relações complexas e conflitantes que se processam no âmbito da luta de classes. Isso ocorre quando interesses antagônicos estão em jogo e, assim, os sujeitos coletivos de natureza econômica, políticas e social, envolvidos com os processos ligados ao desenvolvimento capitalista, assumem compromisso e papéis determinantes, com o intuito de evitar maiores perdas ou obter ganhos satisfatórios para as classes, grupos ou segmentos que representam. Geralmente, anos de luta e negociações são necessários para que seja alcançada uma correlação de forças que possibilite que estes atores coletivos, em equilíbrio de poder, possam fazer acordos capazes de assegurar ganhos e benefícios para todos. (Silva, 2012:87).

As políticas sociais universais existem para que a desigualdade seja amenizada, as políticas afirmativas são aquelas que buscam diminuir a desigualdade, mas focalizando nessa população mais excluída e que traz consigo uma bagagem histórica de opressões, negros, quilombolas e indígenas, que compõe hoje mais da metade da população brasileira.

A questão racial no Brasil é marcada como um fator gerador de desigualdades sociais e as políticas de ações afirmativas existem como forma reparatória de um processo escravocrata e pós-escravocrata no qual os negros foram marginalizados. São entendidas como uma discriminação positiva que visa tratar os desiguais

⁴ A questão social, de acordo com Iamamoto, 2005, é apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades sociais da sociedade capitalista madura.

desigualmente para que seja alcançada a igualdade, que advém das praticas de discriminação negativas⁵ (Silvério, 2012).

As políticas de ações afirmativas surgem na década de 1960 nos Estados Unidos em meio a luta do movimento negro contra as leis segregacionistas, pois não bastavam as leis segregacionistas terem fim se não haviam políticas de inclusão do negro na sociedade como sujeito de direitos. As políticas de ações afirmativas podem ser entendidas como políticas focalizadas. Com relação às políticas focalizadas, o Módulo "Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça" aponta que:

[...] não há uma única definição dessas políticas, já que esse mecanismo de gestão das desigualdades cobre vastas áreas da atividade social, incorporando o mercado de trabalho, a representação política, as oportunidades educacionais, entre outras. Todavia, pode se dizer que há um consenso conceitual, independente do contexto social do qual as políticas afirmativas emergem: elas se constituem em mecanismos de diminuição de desigualdades historicamente construídas ou destinam-se a prevenir que novas desigualdades se estabeleçam no tecido social, tendo por base condições de gênero, raça, orientação sexual, participação política e religiosa. Observa-se que políticas afirmativas, no setor público, podem ser simplesmente denominadas ações afirmativas ou políticas de igualdade de oportunidades. No setor privado, elas adquirem geralmente a denominação de políticas de diversidade, que são voluntárias e não são monitoradas sistematicamente por órgãos estatais (BRASIL, 2010:96).

Pode-se entender a questão racial dentro das expressões da questão social tendo em vista que o sistema econômico vigente utiliza das diferenças para instigar os conflitos, a exploração se intensifica sobre aquela parte discriminada historicamente, e as políticas sociais existem para agir sobre essas questões. Na interpretação marxista da história da sociedade brasileira lida-se principalmente com as relações, processos e estruturas que constituem as configurações sociais de vida. A raça e a classe são constituídas simultânea e reciprocamente na dinâmica das relações sociais, nos jogos das forças sociais (Ianni, 2004).

No Brasil, a legitimação das políticas afirmativas decorre de um longo processo histórico de demandas dos movimentos negros, iniciado ainda na década de 1940.

⁵As desigualdades sociais combatidas pela ação afirmativa originam-se, normalmente, de práticas sistemáticas de algum tipo de discriminação negativa. Essa foi a primeira justificativa que possibilitou tratar diferenciadamente um grupo social. Na atualidade, entretanto, o alcance de tais ações ampliou-se e alguns juristas e estudiosos do tema sustentam que elas podem e devem ser empregadas para a promoção de maior diversidade social, uma vez que essas políticas podem propiciar a ascensão e o fortalecimento de grupos sub-representados nas principais posições da sociedade. De modo geral, as discussões giram em torno de três perspectivas, em que duas correspondem a uma forma de justiça reparatória (compensatória) ou distributiva e uma terceira, de caráter preventivo, que teria a intenção de coibir que grupos com grande probabilidade de serem discriminados sofram tal processo. (Silvério, 2002)

Neste período foram realizadas diversas convenções que articulavam os movimentos negros a pensarem formas de inserirem na pauta política a questão racial. Sem obter sucesso o movimento negro seguiu com as reivindicações, na década de 1950, no 1º congresso do negro brasileiro foi colocado em pauta mais uma vez a inserção do negro na agenda política, que fossem criadas cotas para que o negro pudesse se candidatar e fortalecer o seu lugar na política. No ano de 1983, quando Abdias do Nascimento, um homem negro, compunha o congresso nacional, foi encaminhado um projeto de Lei que reuniam as propostas que sempre estiveram nas reivindicações dos movimentos, porém, como muitos projetos referentes à temática, foi arquivado (Santos, 2014).

O mito da democracia Racial foi e ainda é o maior entrave para o desenvolvimento de políticas de ações afirmativas, pois de acordo com a maior parte da população, o Brasil não necessita de políticas reparatórias, já que somos uma nação igualitária, onde todos têm acesso aos bens comuns e que as políticas afirmativas só promovem a desigualdade que é inexistente. No ano de 1995 a pauta voltou ao congresso, com a marcha Zumbi dos Palmares, que conseguiu dialogar com o então presidente da república Fernando Henrique Cardoso, que se tornou o primeiro presidente brasileiro a reconhecer a existência do racismo no Brasil, iniciando algumas ações pontuais de promoção da igualdade racial (Santos, 2014).

Após esse longo período foi criada no ano de 2003 a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), órgão que passou a ser responsável pela formulação e gestão de políticas de ações afirmativas e de políticas destinadas as populações tradicionais. A criação da SEPPIR se deu após uma constante pressão do movimento negro sobre o novo governo que veio a assumir a presidência da república no mesmo ano de sua criação. Com a finalidade de garantir e promover os direitos das populações e grupos raciais e étnicos vítimas constantes de discriminação. A Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas (SPAA) é parte da Seppir e tem como responsabilidade formular e implementar essas políticas que se inserem no Plano Plurianual (PPA).⁶

A resistência da sociedade quanto às políticas de ações afirmativas ainda se expressa de forma notável até os dias atuais. Segundo Guimarães (1999) os

⁶O PPA é uma ferramenta de planejamento que institui as diretrizes, metas e objetivos da Administração Pública Federal em relação às despesas de capital e para as correspondentes aos programas contínuos. No PPA estão expostas as escolhas e prioridades do Governo Federal. (Brasil, 2011). O plano plurianual tem vigência de quatro anos, implantado no segundo ano de governo e sendo válido um ano após sua saída. É dividido em três dimensões: estratégica, tática e operacional. Dentre as ações encontram-se, políticas de educação, trabalho e renda, infância e juventude, gênero, dentre outras.

argumentos desfavoráveis às ações afirmativas partem do pensamento da negação da existência de uma única raça, a raça humana, que é contraditória a definição de grupos raciais e étnicos, do repúdio ao princípio da universalidade e da meritocracia e da não existência de possibilidade de implementação de políticas afirmativas no Brasil, assim como a insistente crença da igualdade de oportunidades para o alcance de direitos.

Assim como as políticas de ações afirmativas as políticas destinadas a juventude também são políticas focalizadas e recentes no cenário brasileiro, apesar de terem a resistência da sociedade, assim como as políticas de ações afirmativas, elas tem se tornado visíveis e se ampliado graças aos movimentos sociais de juventude.

2.3 Políticas para a Juventude

As reivindicações dos movimentos sociais de juventude, após seu reconhecimento como sujeitos de direitos, geraram um amplo debate em torno das políticas públicas e políticas sociais para garantir a cidadania dos mesmos. Esse debate surge ao mesmo tempo em que ocorre o debate sobre infância, promovido pela UNESCO no ano de 1994. O jovem passa a ser incluído nas legislações, nos sistemas de proteção, suas vulnerabilidades começam a ser percebidas e são pensadas formas de lidar com o tema. A partir desse período começam a se pensar políticas para juventude, que de acordo com Balardini, 1999, podem ser definidas dessa forma.

Política de juventude é toda ação orientada tanto a conquista e realização de valores e objetivos sociais referentes ao período vital juvenil, como também aquelas ações orientadas no sentido de influir nos processos de socialização envolvidos. trata-se tanto de políticas reparatórias ou compensatórias, de promoção e orientadas ao desenvolvimento e/ou à construção da cidadania (Balardini, 1999:25-26).

Após esse período de reivindicações foram criados alguns programas ligados à juventude, programas pontuais que não se caracterizavam como políticas públicas de fato. De acordo com Carrano e Sposito (2003) existiam 30 programas/projetos governamentais, e três ações sociais não-governamentais de abrangência nacional localizados no Ministério da Educação, Saúde, Ministério de Esporte e Turismo, Justiça, Desenvolvimento Agrário, Trabalho e Emprego, Previdência e Assistência Social, Ciência e Tecnologia, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Gabinete do Presidente da República e Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.

De qualquer modo, mesmo que não se possa falar na esfera federal de políticas estratégicas orientadas para os jovens brasileiros, algumas propostas foram executadas, sobretudo com base na ideia

de prevenção, de controle ou de efeito compensatório de problemas que atingem a juventude, transformada, em algumas situações, num problema para a sociedade (Carrano e Sposito, 2003:21).

As ações para a juventude no governo Fernando Henrique podem ser consideradas como focais, voltadas para jovens residentes em cidades com baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), e realizadas em parceria com os governos estaduais ou municipais, bem como com organizações do terceiro setor (Valentim, 2014). É a partir de 2003 que, com muita resistência da sociedade, os movimentos juvenis conseguem visibilidade e o jovem começa a ser reconhecido como sujeito de direitos que possuem particularidades diferenciadas do Estatuto da Criança e do Adolescente.

No Brasil, a ideia de “juventude” ou de “jovens” como objetos de políticas públicas específicas é bastante recente. O atual quadro, em que contamos com órgãos públicos exclusivamente dedicados à temática, e um conjunto sólido de iniciativas tanto no âmbito federal como em diferentes estados, indica que a juventude atingiu status próprio, distinto da adolescência, e que implica em preocupações particulares (Carvalho, Cardoso, Costa Pio e Tatemoto, 2012:30).

No ano de 2003 foi criado um grupo de trabalho interministerial, com o objetivo de fazer um levantamento, nas políticas públicas dos diversos ministérios, de programas existentes para os jovens, para elaboração de diretrizes que estabelecessem como o poder executivo deveria se organizar para lidar e trabalhar com essa questão, a partir desse grupo de trabalho foi deliberada em 2005 a criação de uma secretaria especial que buscasse atender as demandas da juventude, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), junto ao Conselho nacional de Juventude (CONJUVE). No mesmo ano é instituída a Política Nacional de Juventude (Gomes, 2012).

2.3.1 Secretaria de Políticas para Juventude

A Secretaria Nacional de Juventude está inserida na secretaria geral da presidência da república. A SNJ foi criada por sugestão de um Grupo Interministerial, implementado em 2004 para fazer um diagnóstico da juventude brasileira e dos programas do governo federal destinados a esse público. A Secretaria tem a tarefa de coordenar, integrar e articular as políticas de juventude, além de promover programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados para o segmento juvenil (Brasil, 2005).

Cabe a SNJ a tarefa de formular, coordenar, integrar e articular políticas públicas para a juventude, além de promover programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados para as políticas

juvenis. Já o Conselho Nacional de Juventude é responsável por formular e propor diretrizes da ação governamental, voltadas para os jovens, bem como elaborar estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica desse público (Brasil, 2005). A secretaria Nacional de Juventude possui três programas prioritários para a juventude, o Estação juventude, Juventude Rural e o Juventude Viva.

O Programa Estação Juventude é a estratégia da SNJ para potencializar o acesso dos jovens às políticas públicas e, simultaneamente, disponibilizar para os gestores locais uma tecnologia para atuação pública na perspectiva de garantia dos direitos dos jovens. É desenvolvido através de convênio com Estados e municípios, com duração de dois (02) anos. O programa juventude rural tem como objetivo promover ações que garantam qualidade de vida no espaço rural para juventude do campo de forma a dar autonomia e emancipação da agricultura familiar, camponesa e dos povos e comunidades tradicionais. O Plano Juventude Viva visa a ampliação dos direitos da juventude, a desconstrução da cultura de violência, a transformação de territórios atingidos por altos índices de homicídios e o enfrentamento ao racismo institucional, com sensibilização de agentes públicos para o problema (Brasil, 2014).

Apesar de todos esses mecanismos garantidores de direitos o estigma que paira sobre a juventude continua a ser um obstáculo que precisa ser superado. Esse estigma parte da construção de estereótipos que caracteriza a juventude. A efetividade dessas políticas, que, já são implementadas, também é algo a ser questionado, tendo em vista os altos índices de jovens em situação de emprego informal e a alta evasão escolar. É necessária a articulação com a sociedade civil para o planejamento de políticas atendendo as suas principais demandas e levando em consideração suas especificidades. Uma dessas políticas é o Plano Juventude Viva, que é articulado entre a Seppir e a SNJ.

2.4 Plano Juventude Viva

No ano de 2012, tendo em vista os altos índices de mortes violentas entre a população jovem negra, foi elaborado, em ação conjunta com a Secretaria de Ações Afirmativas da SEPPIR, a Secretaria Nacional de Juventude - SNJ e os conselhos de juventude negra da sociedade civil, o Plano Juventude Viva. O plano foi pactuado primeiramente no estado de Alagoas, onde os índices de mortalidade são alarmantes além da vulnerabilidade social e ambiental pela qual os jovens do estado passam. O plano tem a pretensão de atuar na redução de vulnerabilidades da juventude negra e assim, também atuar nos altos índices de extermínio dessa população colocando fim no genocídio eminente.

As políticas e os programas do Plano são direcionados à juventude, com

especial atenção aos jovens negros de 15 a 29 anos do sexo masculino, em sua maioria com baixa escolaridade, moradores dos bairros com maiores índices de homicídios. A prioridade é para os jovens em situação de exposição à violência, como aqueles que se encontram ameaçados de morte, em situação de violência doméstica, em situação de rua, cumprindo medidas socioeducativas, egressos do sistema penitenciário e usuários de crack e outras drogas. (Valentim, 2014)

O Plano Juventude Viva foi pactuado com 142 municípios dos estados de Alagoas, Distrito Federal (e a Região da RIDE⁷), Espírito Santo, Paraíba, São Paulo e Rio de Janeiro. Tais municípios foram priorizados por estarem no topo do mapa da violência da juventude. O Plano envolve ação conjunta e interministerial, com onze ministérios envolvidos, das políticas de saúde, educação, cultura, justiça, trabalho e emprego, assistência social, promoção da igualdade racial e esporte.

O Plano é orientado por quatro eixos. O primeiro é a desconstrução da cultura da violência. As diretrizes desse eixo são a sensibilização da opinião pública sobre a banalização da violência, a promoção de direitos e superação de estigmas e a mobilização de atores sociais para promoção dos direitos da juventude e defesa da vida do jovem negro. O segundo eixo é a inclusão, oportunidades e garantia de direitos, tem como diretrizes a destinação de programas e ações para jovens em vulnerabilidade como fomento a trajetórias de inclusão e autonomia, criação de oportunidades de atuação dos jovens para transformação da cultura de violência e reconhecimento da importância social da juventude.

O terceiro eixo é a transformação de territórios suas diretrizes são a atuação sobre os territórios com mais altos índices de homicídio dos municípios, com ampliação dos espaços de convivência, da oferta de serviços públicos e de equipamentos para atividades de cultura, esporte e lazer, além dos equipamentos da rede de educação, ampliando a presença do poder público. O último eixo é o aperfeiçoamento institucional com ações para enfrentamento do racismo institucional nas instituições que se relacionam com os jovens, como a escola, os sistemas de saúde, penitenciário, de justiça e segurança, contribuir para reversão do alto grau de letalidade policial por meio de formação, fortalecimento do controle externo e redução da impunidade.

O Plano Juventude Viva é uma iniciativa do governo federal, a ser realizada junto a estados e municípios, respeitada a autonomia de cada esfera de atuação, mas

⁷Municípios que compõe a RIDE: Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás, Vila Boa, Buritis, Cabeceira Grande e Unaí.

reconhecendo a centralidade da esfera municipal, a mais próxima do cidadão, onde estão os territórios e segmentos sociais mais afetados pelos altos índices de homicídios. O modelo descentralizado proposto para sua gestão inclui princípios e procedimentos de ação compartilhada entre as três esferas governamentais e a sociedade civil.

A participação da sociedade civil e dos movimentos de juventude negra é fundamental na construção e no desenvolvimento do plano, essa articulação ocorre por meio do fortalecimento e fomento de organizações de promoção da igualdade racial. Apesar disso, a divulgação do plano é uma de suas maiores fragilidades, fazer com que ele se torne de conhecimento de todos os jovens negros e não negros, instigar o debate da violência e da questão do racismo institucional e também o reconhecimento do jovem como negro se configuram como um grande desafio para a política.

Capítulo 3 - O Plano Juventude Viva sob a perspectiva dos/as gestores/as municipais do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno

[...] é a melanina que te sentencia a ser apagado, esquecido no porão [...]

3.1 Procedimentos Metodológicos

A metodologia empregada no estudo foi a metodologia qualitativa, método que se caracteriza por seu caráter não mensurável, que se propõe a demonstrar resultados subjetivos, não numéricos, de forma a obter uma imersão no fato a ser pesquisado podendo trazer resultados mais detalhados. Entendida também como uma "tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados" (Richardson, 2009:90).

O estudo foi realizado no Distrito Federal e nos municípios de Águas Lindas, Luziânia e Valparaíso. Os municípios foram selecionados por fazerem parte da RIDE, por terem pactuado o Plano Juventude Viva e por apresentarem os maiores índices de violência, de acordo com mapa da violência (Waiselfisz, 2013). O estudo foi dividido em três (3) etapas: a primeira etapa consistiu em estudo exploratório com realização de levantamento bibliográfico referente aos temas relacionados à violência, racismo, juventude e juventude negra, políticas públicas e políticas de ações afirmativas, temas que se interligam e ampliam a visão para a análise do plano Juventude Viva.

A segunda etapa referiu-se à observação de campo a partir da participação em quatro (4) Oficinas de Abordagem e Identificação do Racismo Institucional, realizadas no DF e no outros três municípios selecionados, que correspondem ao eixo de aperfeiçoamento institucional do Plano Juventude Viva. Para a observação das oficinas foi elaborado um roteiro de observação que pretendeu mapear o perfil dos/as gestores/as participantes bem como acompanhar a realização das oficinas. As oficinas tem como objetivo oferecer subsídios para os gestores e funcionários públicos para identificação e abordagem do racismo nas instituições, e na atuação no Plano Juventude Viva. As oficinas reuniram uma média de 15 a 25 gestores e técnicos com duração de dois dias nos turnos manhã e tarde, totalizando 16 horas. No primeiro dia das oficinas foi realizada uma abordagem conceitual das categorias racismo, preconceito, discriminação, estereótipos, branquitude e juventude. As dinâmicas são realizadas em grupos e buscam uma interação entre todas as secretarias envolvidas.

No segundo dia das oficinas foi trabalhado o conceito de racismo institucional para se realizar a construção de um plano de combate ao racismo institucional do município/Estado. Este plano consiste em fazer um levantamento das ações que já

estão sendo desenvolvidas em seu território de atuação e pensar novas estratégias para o desenvolvimento de novas ações.

A terceira etapa consistiu no contato com gestores que participaram das oficinas, e que se aceitaram participar da pesquisa relatando e analisando como vem sendo implementadas as ações do plano no município de atuação e as estratégias adotadas no território para combater o racismo institucional nas prefeituras e secretarias municipais. Foram convidados a participar um gestor por município, um gestor do DF e dois gestores federais (Seppir e SNJ), estes foram contatados via email e telefone para o agendamento das entrevistas.

Para realização das entrevistas com os gestores e técnicos/as chaves, foi utilizado o roteiro de entrevista semi-estruturado (anexo). De acordo com Flick, a entrevista semiestruturada a partir de um roteiro é importante porque "os entrevistadores podem se desviar da sequência das perguntas [...] não ficam necessariamente presos à formulação inicial exata das perguntas quando as formulam. O objetivo da entrevista é obter as visões individuais dos entrevistados sobre um tema." (Flick, 2013:115).

O roteiro de entrevista foi dividido em quatro blocos composto de treze questões norteadoras, os blocos de questões se referem aos dados da/a entrevistado/a, incluindo o quesito raça/cor, questões sobre juventude e violência, racismo institucional e Plano Juventude Viva. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas, buscando extrair os dados mais relevantes à análise. Para tal, os dados foram analisados à luz da bibliografia revisada fazendo um comparativo entre as falas dos gestores e identificando como vem sendo desenvolvidas as ações do plano nesses municípios ressaltando as diferenças e semelhanças, e levando em conta as dificuldades e os facilitadores ressaltados pelos entrevistados.

Em relação às questões éticas, o projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília (CEP), atendendo às exigências previstas nas Resoluções CNS nº 466/12 que estabelece as normas para pesquisas envolvendo seres humanos. Os participantes foram previamente esclarecidos a respeito dos objetivos da pesquisa sendo contatados com antecedência. Eles foram também informados de que a entrevista seria gravada. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e ficaram com uma cópia contendo todas as informações necessárias sobre a pesquisa assim como o contato da pesquisadora. Para preservar a identidade e garantir o sigilo das informações em relação aos órgãos de atuação dos entrevistados, na análise dos dados, as falas não serão identificadas por município e/ou nome do gestor, sendo denominados como Entrevistados I,II,III e IV e os gestores

federais como gestor I e II.

3.2 Perfil da Juventude e o Aumento da Violência Contra os Jovens

Ao analisar o perfil dos jovens residentes dos quatro territórios em que a pesquisa foi realizada, nota-se a semelhança entre suas vivências e costumes. Temos uma parcela significativa da população composta por jovens de 15 a 29 anos, cerca de 40% da população, e principalmente por jovens negros, em torno de 60%. Essa juventude, de acordo com a fala dos entrevistados, precisa de políticas públicas de acesso à saúde, educação, cultura, políticas que respeitem a suas particularidades e que a visibilize.

O primeiro ponto pautado pelos entrevistados é a questão da educação. Para grande parte dos entrevistados a juventude é uma juventude ativa, que estuda, porém que não tem acesso à escolas de qualidade e o acesso à universidade não é reduzido. Além disso, destacam que é uma juventude que trabalha, porém em condições precarizadas e que vivencia diversas violações de direitos, estando expostos a todas as formas de violência, o que marca a trajetória dessa faixa etária nos territórios estudados.

Diante da atual conjuntura em que o acesso à educação tem sido ampliado, nota-se que esse processo ainda não tem atingido a totalidade dos municípios brasileiros e a qualidade continua baixa. A escola ainda é um lugar que discrimina e segrega, não é atrativa, reproduz opressões fazendo com que o jovem negro represente uma maior parcela nos índices de evasão, o que também incide no rendimento daqueles que permanecem. Dentre os fatores que levam à esta situação, está o despreparo dos professores para lidar com a diversidade, o que acaba sendo passado para os alunos negros e não negros⁸ (Munanga, 2005).

Com relação ao acesso à educação nos territórios, os entrevistados, com exceção do entrevistado III, acreditam que esse jovem tem acesso a educação. Porém, dados do Censo de 2010 mostram que o número de jovens não inseridos no ensino ainda são altos para todos os territórios. O censo 2010 demonstra que, do total de jovens, 4.889 em idade escolar⁹ não estão inseridos no ensino médio sendo que 73,5% são negros. O território II possuía 2.795 jovens em idade escolar fora do ensino médio sendo que desses jovens, 71,3% são negros. O território IV possuía 4.323

⁸ Essa falta de preparo, que devemos considerar como reflexo do nosso mito de democracia racial, compromete, sem dúvida, o objetivo fundamental da nossa missão no processo de formação dos futuros cidadãos responsáveis de amanhã. Com efeito, sem assumir nenhum complexo de culpa, não podemos esquecer que somos produtos de uma educação eurocêntrica e que podemos, em função desta, reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam nossa sociedade. (Munanga, 2005:15)

⁹ Aqui a idade escolar é definida a partir dos parâmetros do IBGE, 15 a 17 anos.

jovens em idade escolar fora do ensino médio dentre eles 73,0% são negros. No território I dos jovens não inseridos no ensino médio, 69,9% são negros.

O entrevistado III assume nitidamente que essa população jovem não é uma população que frequenta a escola e que tem acesso a ela, entendendo também, assim como os demais entrevistados, que o ensino ainda é deficitário. Quando se trata da região da RIDE, em relação ao DF, a situação é ainda mais complicada, o ensino básico é dividido em duas fases (ensino fundamental e médio), e é de dupla responsabilidade (estadual e municipal). O ensino infantil e fundamental é demandado ao município, enquanto o ensino médio à gestão Estadual, assim município não tem autonomia para atuação nessa fase em que está inserida a juventude. Para o entrevistado III essa é a questão que mais dificulta a entrada de políticas públicas nas escolas.

Percebe-se que apesar da juventude abranger as pessoas entre 15 e 29 anos, a juventude em idade escolar é definida como o público na idade entre 15 a 17 anos, portanto, o recorte etário dessa juventude que está na escola é de apenas 3 anos. Sendo assim, é necessário ressaltar que não é apenas no ambiente escolar que devemos buscar incluir essa juventude. A fala do gestor I demonstra a pertinência desse recorte em outros âmbitos:

“A gente tem uma parcela da população que é jovem, eles estão na escola, uma boa parte, mas a gente tem um perfil que as vezes é esquecido, que são as pessoas que já não estão na escola porque a escola já não cumpre uma função na vida delas” (Gestor I)

Com as cotas raciais temos tido um nítido aumento de jovens negros que ingressam no ensino superior. No ano de 1997, apenas 2,2% de pardos e 1,8% de pretos, entre 18 e 24 anos cursavam ou tinham concluído um curso de graduação no Brasil, a partir da implementação das cotas nas universidades esses números subiram de 2,2% para 11% de pardos, e de 1,8% para 8,8% de pretos (Ministério da Educação, 2013). Apesar dessa política de inserção, as instituições de ensino superior continuam centralizadas nas capitais, o que dificulta ainda mais o acesso dos jovens que residem na região da RIDE e nas periferias do DF. Essa questão é ressaltada pelos entrevistados, que afirmam que quando o jovem não evade da escola e consegue chegar à universidade os territórios acabam por se tornar *idades dormitório*, o jovem acaba deixando de vivenciar o cotidiano de seu território.

Com relação aos dados referentes a trabalho e emprego, no território II o total da população economicamente ativa é de 67.466, sendo que são 38,7% de jovens, dos 22.663 jovens com ocupação, 29,3% ganhavam até um salário mínimo. O valor do rendimento médio mensal entre jovens brancos é de aproximadamente 8% a mais que

dos jovens negros. No território III 67466 pessoas compõem a PEA, sendo os jovens 38,7%. Dos 26.173 jovens com ocupação, 46,2% ganhavam até um salário mínimo. O valor do rendimento médio mensal entre jovens brancos é de aproximadamente 5% a mais que dos jovens negros. No território IV a PEA é de 85753 pessoas, 38,4% são jovens. Dos 27.738 jovens com ocupação, 45,4% ganhavam até um salário mínimo. O valor do rendimento médio mensal dos jovens brancos é de aproximadamente 4% a mais que dos jovens negros. No território I, 68,9% da população negra jovem participam da PEA. A população negra de 15 a 29 anos tem rendimento nominal mensal menor que o da população branca nessa mesma faixa etária. (IBGE, 2010)

A questão do desemprego e das condições precárias de trabalho é latente em todos os perfis, porém não atingem da mesma forma brancos e negros. O racismo e toda sua contextualização histórica contribuem para a construção de uma trajetória do negro no desemprego, na informalidade e na precarização do trabalho (Martins, 2014). Tratando dos jovens principalmente dos jovens negros, essa questão é ainda mais recorrente, como afirma um dos entrevistados:

“A questão do desemprego é um problema porque a demanda é muito grande, imagina, são 33 escolas de ensino médio formando 10 turmas por ano. São muitos jovens que estão deixando a escola, entrando no mercado de trabalho, há busca do primeiro emprego, de acesso à universidade, e infelizmente a gente não tem como atender essa clientela juvenil, no sentido de está inserindo.” (Entrevistado IV)

A juventude é caracterizada também pela participação nos movimentos culturais, forma pela qual ela se expressa, tanto como produtores quanto como receptores, sendo os meios culturais a porta de entrada das políticas destinadas a esse público. É perceptível o valor dado a essa área tanto na fala dos entrevistados dos territórios quanto dos gestores federais, e, o quanto esse movimento é importante principalmente para os jovens que já não estão mais em idade escolar,

“É como a juventude se expressa, muitas vezes pelos meios culturais, pelas ações artísticas culturais, aí não entendendo só por um meio de arte, um meio de cultura, mas principalmente uma possibilidade de expressão que seja genuína, e acontece que nessa fase da vida as pessoas estão bem ligadas a isso.” (Gestor I)

Para a juventude negra a expressão pela cultura também é uma forma de resistência, de construção e afirmação da identidade. Stuart Hall (2003) afirma que dentro da cultura, a marginalidade nunca foi um espaço tão produtivo quanto é agora, e isso não é simplesmente uma abertura dentro dos espaços dominantes, a ocupação dos de fora é também o resultado de políticas culturais da diferença, da produção de

novas identidades e do aparecimento de novos sujeitos no cenário político e cultural.

A inserção desses jovens nos equipamentos de cultura é uma forma bastante dinâmica para apresentação do plano juventude viva, e para que haja uma interação entre os próprios jovens dentro de suas comunidades, com troca de experiências e conhecimentos, desenvolvendo habilidades, as quais muitas vezes o jovem não tem a oportunidade de apresentar. Em alguns territórios essas políticas que incentivam a cultura, bem como esses equipamentos têm se desenvolvido com êxito, porém em outros o déficit ainda é grande. Em alguns territórios, os entrevistados têm um empenho institucional e também pessoal muito forte com relação às políticas de cultura, o entrevistado II ressalta em sua fala que:

“O que serve mais de característico para a juventude são escolas que nós temos parceria, projetos culturais com a polícia militar, o projeto arte por toda a parte e o projeto estação juventude¹⁰.” (entrevistado II)

A entrevistada III expressa a ausência desses meios de cultura em seu território e o que tal fato representa tanto para a juventude quanto para a administração local:

“O que deveria ser a cultura, esporte e lazer a gente só tem o esporte, e no esporte a gente só tem o futebol. Nem todos se adequam ao futebol, não tem de fato museus para visitas, tem o shopping, que é um lugar aleatório, um espaço organizado mesmo para que a juventude seja atendida de forma ampla não tem, a gente tem uma praça da Pelc¹¹, que foi inaugurada recentemente, porém a drogadição no local não tem permitido um êxito nessa ação (Entrevistado III).

Os pontos de cultura esporte e lazer são também uma alternativa a ausência das escolas com período integral, pois, como já dito, em muitas dessas localidades os responsáveis se deslocam para longe durante todo o período do dia, distanciando-se

¹⁰O Programa Estação Juventude oferece diversos serviços para promover a inclusão e emancipação dos jovens. São espaços espalhados pelo Brasil que têm o objetivo de ampliar acesso dos jovens às políticas públicas. O Estação Juventude oferece informações sobre programas e ações para os jovens, além de orientação, encaminhamento e apoio para que eles próprios tenham condição de construir as suas trajetórias e buscar as melhores formas para a sua formação. Os espaços contam com gestores capacitados para fornecer informações e desenvolver atividades que facilitem o acesso dos jovens a serviços e políticas públicas que atendam às suas necessidades.

¹¹O Programa Esporte e lazer da Cidade (PELC), é desenvolvido por intermédio da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, tem por objetivo proporcionar a prática de atividades físicas, culturais e de lazer que envolvem todas as faixas etárias e as pessoas portadoras de deficiência, estimula a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, favorece a pesquisa e a socialização do conhecimento, contribuindo para que o esporte e lazer sejam tratados como políticas e direitos de todos (Ministério do Esporte).

cada vez mais do jovem que fica sem nenhum apoio do Estado.

Os territórios localizados na região da RIDE compartilham das mesmas carências e preocupações, aumento populacional, crescimento territorial desordenado, aumento significativo dos índices de violência letal e a incerteza de pertencimento regional, tanto no Goiás quanto no Distrito Federal, a escassez de políticas de integração também é um fator que leva a população a sair de suas localidades para o DF ou Goiânia.

Os relatórios de vulnerabilidade e juventude negra (SAGI/MDS, 2013) demonstram que na totalidade dos territórios esses índices são elevados e acontecem em igual escala. A tabela 1 organiza as informações dos dados do Mapa da Violência (Waiselfisz, 2013) referentes ao número de homicídios de jovens, mostrando que em 90% dos homicídios entre os jovens, a vítima é o jovem negro. Uma das entrevistadas problematiza essa situação e ainda ressalta que em um levantamento realizado na sua instituição junto com Ciops (Centro Integrado de Operações Integradas) local, foi constatado que 100% dos jovens assassinados são homens negros.

Tabela 1: Número de homicídios de jovens em 2012, por território estudado.

	Nº homicídios	Nº de homicídios de Jovens entre 15 a 29 anos	%	Número de homicídios de Jovens Negros	%
Território I	1.031	564	55%	513	91%
Território II	112	75	67%	63	84%
Território III	115	69	60%	65	94%
Território IV	189	110	58%	98	89%
TOTAL	1447	818		739	

Fonte: Dados do SIM (elaboração própria)

Todos os entrevistados reconhecem que os índices de violência é crescente, tanto a violência contra os jovens quanto a violência entre os próprios jovens. No território IV o entrevistado ressalta que toda semana é registrado um caso de jovem que é assassinado em seu território, ele atribui isso ao tráfico de drogas, pois o território é um dos maiores pontos de tráfico da região centro-oeste. Essa questão do tráfico faz com que o número de homicídios seja elevado tanto entre os jovens pertencentes ao território, quanto dos jovens visitantes, que passam pelo território, em busca de drogas.

“Tem ocorrido alguns crimes aqui, muitos crimes que envolvem questão de droga, questão de briga familiar, que acontece muito, há realmente esse aumento. Tem esse jovem que tá inserido no crime, no tráfico, e isso

realmente é um problema e conseqüentemente o poder público, a segurança pública não tem como combater isso diretamente” (entrevistado IV)

A questão sobre aumento da violência contra a juventude nos seus territórios suscitou reflexões e questionamentos nos entrevistados. O Entrevistado I faz uma breve análise desta questão:

“Eu acho que os jovens são um elo fraco na sociedade e isso faz, por exemplo, com que eles reajam à violência estrutural, a violência que eles recebem por parte da mídia, por parte da sociedade, das instituições. É tudo orquestrado para que a violência ocorra entre eles, parece que a violência é entre eles, mas a violência é estrutural, porém, como eles são o lado fraco da corda, eles ficam com o estigma de violentos, eles acabam sofrendo mais a violência.” (Entrevistado I)

Essa fala remete a toda discussão já feita nesse trabalho com relação as representações sociais da juventude. O jovem ainda é visto como um problema e as políticas destinadas a eles ainda são escassas. O não acesso a direitos básicos é o início da ação violenta contra a juventude negra, muitas vezes está mascarada por rotinas e práticas assimiladas pela cultura, sem a devida reflexão. (Barros, 2008:135)

A sociedade como um todo passa a naturalizar a questão da violência letal contra os jovens e entre os jovens. A fala do entrevistado III descreve bem como é a receptividade da população a notícia de mais uma morte:

“não se quer identificar a causa, a consequência e o que levou aquela morte, as pessoas já se familiarizaram “morreu, por que?” “devia está envolvido com droga” “então tá bom”, ai pode.” (Entrevistado III)

A violência tem se tornado constante e banalizada e as pessoas, incluindo a mídia passaram a buscar justificativas culpabilizadoras para cada morte constatada, julgando quem merece ou não merece morrer. Cada jovem, ao morrer, deixa de ser alguém, deixa de ter nome, sobrenome e família, passa a ser mais um ‘ninguém’ e o jovem negro passa a ser mais um ‘delinquente’, no caso ‘menos um para causar mais problema’. São ideários construídos que desvalorizam os direitos humanos, interpretam os problemas sociais como problemas morais. (Nascimento, 2014) As oficinas de enfrentamento ao racismo institucional tem a capacidade de modificar esses ideários entre os gestores, pois eles, de certa forma levam os conhecimentos adquiridos para suas instituições e para suas relações sociais.

3.3 A Experiência das Oficinas de Enfrentamento ao Racismo Institucional

A ideia da democracia racial faz com que as ações de racismo ocorram de

forma velada e dentro das instituições governamentais não é diferente. O acesso às políticas é dificultado para a população negra e o não reconhecimento dessa discriminação impossibilita a reestruturação da forma de pensar e agir do gestor e também dos técnicos que operacionalizam a política pública.

Quando perguntados a respeito do racismo e do racismo institucional é perceptível que os entrevistados compreendem a existência dessa prática, e atribuem também a questões culturais intrínsecas a sociedade brasileira. Acreditam que o racismo opera de forma perversa na privação de direitos.

*“Eu acho que o racismo é generalizado e que as tentativas de combater esse racismo são muito pequenas em frente o quanto o racismo age cotidianamente [...] eu acho que ainda que tenham todas essas instituições como a Seppir, tudo é levado às pessoas não se reconhecerem como negras, não entenderem como o racismo age e o quanto ele age.”
(Entrevistado I)*

O reconhecer-se como negro é um processo que demanda tempo, vivência e troca, de acordo com Nilma Lino Gomes (2002), essa identidade negra deve ser compreendida, como um processo construído historicamente em uma sociedade que padece de um racismo ambíguo e do mito da democracia racial. A identidade se constrói no contato com o outro, no contraste com o outro, na negociação, na troca, no conflito e no diálogo.

Sobre a identificação do racismo institucional nas instituições de trabalho, todos os entrevistados dos territórios afirmam a não existência, e atribuem isso a temática com que lidam e a forte ligação com os movimentos sociais, em suas ações cotidianas. Como afirma o entrevistado II:

*“Isso dificilmente acontece na minha secretaria, pelo fato da gente tá sempre envolvido com o movimento cultural e de forma singular, então isso acontece muito pouco não sei como isso funciona nas outras secretarias, mas tem muitos casos de racismo institucional sim, em outros setores, mas no caso da minha secretaria nunca tivemos problemas com isso não.”
(Entrevistado II)*

Para os Gestores I e II nos altos escalões do governo federal existe sim racismo institucional, e isso é comprovado pela composição do quadro funcional e isso é ainda mais perceptível nos cargos DAS (cargos comissionados). Na Secretaria da Juventude são apenas duas pessoas negras. Tal realidade não poderá ser mudada a curto prazo tendo em vista que a Secretaria não possui quadro próprio (realização de concursos públicos), dificultando a execução da Lei de cotas no serviço público¹². Para

¹² A Lei 12990/2014 Reserva aos negros vinte por cento das vagas oferecidas nos concursos

além disso, o tratamento que o Plano Juventude Viva recebe na instituição também é uma questão ressaltada pela gestora II. A SNJ assume o plano como prioridade porém não disponibilizam recursos financeiros e humanos, indicando a presença do racismo institucional.

O quarto eixo do plano juventude viva trata do aperfeiçoamento institucional. Esse aperfeiçoamento ocorre incidindo nas instituições dos estados e municípios que se relacionam com os jovens para combater e enfrentar. Dentre as formas de enfrentamento ao racismo estão os processos formativos, de gestores atuantes no Plano. Pensando nisso, a Seppir em parceria com o Fundo de Populações Unidas (UNFPA) realizou as Oficinas de Identificação e Abordagem do Racismo Institucional no âmbito do Plano Juventude Viva. O objetivo dessas oficinas é de oferecer subsídios aos gestores e funcionários públicos para identificação e abordagem do racismo em seu cotidiano e nas instituições em diferentes municípios aonde os índices de violência contra a juventude negra vem aumentando.

A questão racial e o racismo institucional são temas que não estão inseridos no cotidiano de trabalho dos órgãos públicos. Para alguns servidores e órgãos essa questão nunca foi abordada, e o racismo institucional nunca foi refletido em suas ações. As oficinas foram uma oportunidade de iniciar o diálogo com os territórios que já haviam pactuado com o plano, sendo essa a primeira ação de participação, concreta e mensurável, para alguns. É perceptível que as oficinas foram bem recebidas em todos os territórios e os participantes estavam abertos para se interarem do tema.

As oficinas de abordagem e enfrentamento ao racismo institucional ocorreram entre os meses de outubro e dezembro de 2014, em 5 municípios da região da RIDE e no Distrito Federal. Para que essas oficinas fossem desenvolvidas, foram capacitados 2 facilitadores moradores da região do DF e que já trabalham ou trabalharam com a temática em sua trajetória acadêmica, profissional e de militância, e que poderiam repassar esse conhecimento para os territórios, essa capacitação e construção de metodologia foi realizada pelo instituto AMMA Psique e Negritude¹³ e ocorreu em setembro de 2014.

públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

¹³O Instituto AMMA Psique e Negritude é uma organização não governamental que foi criada, em 1995, por um grupo de psicólogas com o objetivo de trabalhar as complexas relações inter-étnico-raciais, em especial as relações entre populações fenotipicamente diferentes, por meio de uma abordagem psicossocial. Por entenderem que muitas das representações que habitam o imaginário brasileiro foram constituídas a partir de ideias racistas, de certa época, e que continuam a se reproduzir, ao longo do tempo, causando sérias consequências à saúde psíquica da população negra, optou-se por um trabalho visando resgatar a autoestima da população negra e promover a conscientização sobre os efeitos do racismo para a sociedade.

Em relação ao perfil dos participantes das oficinas, a grande maioria atuavam na implementação de políticas sociais, demonstrando que possuíam um poder reduzido de decisão em seus territórios e órgãos governamentais, uma vez que não atuavam no âmbito de formulação das políticas. O racismo institucional e a não legitimidade da discussão por parte de alguns gestores foi o que levou a essa defasagem de participação, de gestores com poder de decisão assim como dos profissionais de segurança pública e acesso à justiça.

O entrevistado III conta que fez uma grande mobilização em todos os órgãos, fazendo tanto o chamado via ofício quanto pessoal, buscando de diversas formas mostrar a importância de tratar desse tema nas instituições, porém não conseguiu sensibilizar os servidores tanto das delegacias, tribunais de justiça e batalhões da polícia militar.

“O racismo tá meio que normalizado no nosso dia a dia.” (Entrevistado III)

De forma geral os participantes avaliaram positivamente os aspectos metodológicos, a forma como foi conduzida a oficina pelos facilitadores e a dinâmica do grupo. As oficinas tinham a duração de 16 horas e uma das maiores queixas dos participantes é com relação ao tempo destinado às atividades. Avaliaram como insuficiente o período de dois dias, considerando a complexidade das temáticas.

O Gestor I ressalta em sua fala o que foi percebido na observação dos participantes nos territórios, que há uma mudança interna, na forma de agir e pensar cotidianamente, porém é difícil mensurar essa mudança nas suas ações institucionais mais amplas.

“Eu sempre imaginei que a oficina poderia ter um impacto muito mais nas pessoas. [...] E eu acho que a oficina pode ter mais esse impacto que o impacto de compromisso público. Eu acho que a oficina impacta pouco o município.” (Gestor I)

A gestora II diverge desse ponto de vista, ressaltando que essas oficinas deveriam ser ampliadas e de caráter obrigatório para todos os ministérios e formações de servidores públicos, principalmente para os que têm poder de decisão, aos altos comandos da polícia e governadores dos estados. Quando se trata da questão municipal, elas são de grande importância, pois eles ainda não estão convencidos da necessidade e do valor dessas políticas com recorte racial para a juventude.

“[...] As oficinas trazem essa questão de visibilizar o racismo e mostrar o racismo como condicionantes dessas mortes e isso faz com que o gestor esteja sensibilizado a tratar aquele jovem negro como sujeito de direitos,

de forma a ele mudar essa política lá na ponta sem que precise a gente falar pra ele mudar.”(Gestor II)

Para os entrevistados dos territórios, a experiência com as oficinas foi bastante engrandecedora, para todos eles foi uma forma de estreitar o diálogo com o governo federal e também conhecer melhor como funciona o Plano. Esse momento foi também de reflexão, pois os dados de mortalidade, mesmo sendo do conhecimento de todos, ainda não haviam sido pensados pela perspectiva de raça, gênero e geração. Apesar de alguns desses entrevistados não terem poder para modificar, ou desenvolver novas ações eles têm encontrado outras formas para aplicar o conhecimento.

“Agora minha visão é muito mais ampla a respeito do que é racismo institucional, a abrangência é muito maior hoje.” (Entrevistado II)

As críticas às oficinas foram principalmente relacionados às estratégias de mobilização, e da ausência de pessoas influentes dos territórios. Os entrevistados acreditam que deveria ter-se empenhado mais esforços para garantir que os gestores, os agentes de segurança pública e o poder judiciário estivessem presentes, pois essas são áreas estratégicas no sentido de refletir sobre prevenção as vulnerabilidades que levam a mortalidade da juventude negra.

3.4 A implementação do Plano Juventude Viva

O Plano Juventude Viva consiste em um conjunto de ações que visam reduzir as vulnerabilidades do jovem negro à violência para assim combater os índices de mortalidade. Para que essas ações surtam efeito é necessário a desconstrução da cultura de violência e o reconhecimento de que a questão do racismo é fator marcante para esse não alcance das políticas públicas e para o crescente número de homicídios de jovens negros.

Como já dito acima, todos os entrevistados reconhecem o aumento da mortalidade da juventude, todos tiveram acesso e esclarecimento dos dados do mapa da violência, que demonstram que mais de 70% dos jovens mortos no Brasil são negros. Para os entrevistados essa relação entre racismo e violência é algo gritante e ao mesmo tempo velada. O entrevistado I pauta essa trajetória de violência, de violação de direitos que já se inicia na primeira infância da pessoa negra:

“Aqui a gente fala de violência direta, e eu entendo que essa violência direta é um sintoma que todas as outras violências, simbólica cultural, de segregação e discriminação essa violência acaba virando uma violência direta”. (Entrevistado I)

O entrevistado III também afirma que essa violência que leva a morte decorre da violência indireta, das vulnerabilidades as quais o jovem negro está exposto. Para a entrevistada, a família, e o meio em que esse jovem vive necessita da assistência do Estado, em diversas áreas como saúde, educação, assistência social, cultura, e vivem em situação de pobreza o que acarreta uma série de violações de direitos desde o seu nascimento, ou mesmo antes.

Seguindo esse mesmo pensamento o entrevistado II acredita que essa relação começa na forma estigmatizada de como o jovem é tratado e no peso que as ações desse jovem tem, mesmo quando o jovem consegue ter acesso às políticas públicas, ele é visto como o ‘cotista’ (usado de forma pejorativa) que só está ocupando aquele espaço porque usurpou de forma injusta a vaga de alguém.¹⁴

Um dos entrevistados vai na contramão do pensamento de todos os outros, para ele a violência não é questão de raça, é uma questão apenas de classe, apesar desse entrevistado ter o entendimento quanto ao racismo institucional e um pensamento crítico quanto a forma de atuação e repressão das forças policiais, ainda não está nítido para ele que essa violência decorre desse processo histórico de construção do racismo. Na fala do entrevistado nota-se a ausência de análise mais profunda de como o racismo opera nessa violência, quando ele diz que ninguém fala ‘olha, vou te matar aqui porque você é negro’ ele assume que só se deve considerar o racismo direto e explícito.

“Fala-se muito essa questão de forma de abordagem, de que o negro é quem rouba, o negro é quem mata é o que vende droga e tudo mais, mas na realidade não considero isso como um fator que aumenta essa questão da violência, contra o negro no caso, eu vejo que essa violência é devido a outros problemas, drogas, alcoolismo ou qualquer outro meio que aumente aí, agora o racismo mesmo eu não vejo como um fator, no nosso território, que aumente a violência, ‘olha, vou te matar aqui porque você é negro’ não, talvez por outras questões que talvez a pessoa negra esteja sendo morta e não por questão do racismo propriamente.” (Entrevistado IV)

O jovem negro carrega muitos estereótipos negativos, e isto está sim presente na forma como a polícia faz a abordagem, na forma como ele é tratado pela mídia e no meio social que habita (Barros, 2008). Para os Gestores federais, essa relação entre o racismo e a violência está diretamente ligada a forma como as instituições, inclusive as instituições de segurança pública, tratam o jovem ao longo da sua trajetória, e a

¹⁴Para Fry (2000) as cotas são repulsivas para muitos não apenas porque parecem contradizer o ideal da “democracia racial”, mas também porque parecem ameaçar a ideia modernista da antropofagia. É como que se o Brasil comesse a ação afirmativa formalizada, outras comidas que tanto gosta tornar-se-iam crescentemente desagradáveis, não menos a mistura em si.

forma como a mídia mostra a imagem desse jovem fazendo com que a sociedade reproduza diariamente essas formas de discriminação. Para o gestor I é notável que a *vida das pessoas negras vale menos que a das pessoas brancas. E isso pode ser comprovado através de uma pesquisa de opinião realizada pela Seppir, a pesquisa “Violência Contra a Juventude Negra no Brasil”, realizada em 2012, constatou que para 55,8% da população, a morte violenta de um jovem negro choca menos a sociedade do que a morte violenta de um jovem branco.*

“A gente construiu um imaginário de que pessoas pretas e pardas são perigosas. [...] Isso significa que a polícia é formada assim porque a polícia também faz parte da sociedade, a polícia não vai pensar diferente.” (Gestor I)

“Isso (o racismo institucional) tá nas instituições como tá na sociedade, é a ideologia do racismo.” (Gestor II)

As ações do Plano servem minimamente para reduzir esses índices de mortalidade e criar mecanismos de combate ao racismo, porém, é perceptível em todos os territórios que os entrevistados não conseguem identificar como essas ações vêm sendo desenvolvidas, todos seguem com o trabalho que realizam com os jovens com as políticas já existentes, sem o recorte racial, sem contar que, em alguns desses territórios, a oficina foi o primeiro contato com o plano.

Para o entrevistado III é necessário que haja esse contato direto dos territórios que pactuaram o Plano com a Seppir e com a SNJ. Devem ser criadas estratégias de monitoramento das ações e a criação de uma rede de juventude viva que articule tanto os municípios, como estados e governo Federal. Para ele, deveria haver uma obrigatoriedade dos municípios com o plano, e formas de incentivo para que todos os órgãos estejam articulados em rede.

Como para o entrevistado IV não há relação entre os homicídios contra a juventude negra e o racismo, cabe pensarmos como essa oficina chegou para ele, já que o objetivo era gerar essa reflexão acerca do tema. Como já foi dito, as oficinas de enfrentamento ao racismo foi para alguns o único contato palpável com o plano e com a gestão federal, inclusive para o entrevistado IV, que viu na oficina uma forma de conhecer o plano, aprofundar nas ações e desenvolver algo a partir daquilo pensando somente na juventude sem problematizar a questão racial.

“Essa oficina teve esse cunho de trabalhar e começar a construir um diagnóstico que possa vir a contribuir para a formatação do plano, nós percebemos a grande importância que é a continuidade da oficina, de pegar os resultados alcançados e começar a trabalhar nessa questão do plano.” (Entrevistado IV)

O entrevistado II tem uma análise positiva da implementação do plano em seu território, e enxerga essa não aplicabilidade do plano apenas como falta de vontade para concretização, atrelada aos entraves políticos das regiões. É preciso dialogar com os gestores, e com os governantes para que as ações caminhem e ganhem visibilidade.

“Isso aqui (o Plano Juventude Viva), é uma mão na roda pra quem quer trabalhar, pra quem quer integrar, esse plano foi a melhor coisa que aconteceu e a gente tem trabalhado forte” (Entrevistado II)

Para os gestores Federais a implementação do plano ainda não tem se concretizado da forma como está normatizado, o plano juventude viva tem caminhado a passos lentos e tem se distanciado cada vez mais dos resultados esperados, tendo em vista que a mortalidade da juventude negra vem aumentando com o passar dos anos. Porém com o plano, a população negra jovem passou ganhar visibilidade nos espaços de decisão política.

“O que ficou de mais importante foi o fato do tema entrar na agenda, a presidenta ter falado de genocídio¹⁵, o sistema de justiça via protocolo esta apropriado da agenda, então querendo o não o tema da igualdade racial via genocídio da juventude negro entrou na agenda, nos 3 poderes inclusive, a questão da CPI e isso pode definir os passos que a agenda vai tomar.”(Gestor II)

Quando se fala sobre visibilidade de temas na agenda pública que pensam os direitos humanos, raça e gênero precisa-se levar em consideração a atual conjuntura política. De acordo com o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) temos hoje o congresso mais conservador desde 1964, houve um crescente aumento no número de parlamentares militares¹⁶, religiosos e ruralistas ao passo que

¹⁵Discurso proferido pela presidenta Dilma Rousseff na III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial “Eu quero dizer a vocês que o Governo Federal dará todo o respaldo à questão do Plano Juventude Viva, e estamos articulando todas as esferas, todos os ministérios, todos os governos estaduais e também a justiça, através do CNJ e do Ministério Público, no sentido de assegurar que haja, de fato, um foco no que muitos chamam de genocídio da juventude negra. Nós estamos interessados em combater a violência com a ampliação da cidadania, mas também coibindo a violência contra os jovens negros, e isso é muito importante. Nós reiteramos apoio do governo ao projeto de lei sobre os autos de resistência. Nós queremos, com esse apoio, que todos os direitos sejam garantidos e que todos os delitos praticados sejam devidamente investigados. O que, certamente, vai contribuir para reverter a violência e a discriminação que recaem sobre a população negra por meio da utilização dos autos de resistência”(Presidenta Dilma Rousseff, 2013)

¹⁶A bancada da segurança pública em sentido amplo, que inclui tanto os defensores da legislação educativa e preventiva para proteger a vida quanto aqueles que representam os interesses da indústria armamentista e também os adeptos de punição severa para casos de violência, é muito representativa e é composta por cerca de 50 parlamentares. Entretanto, pelo menos 22 nomes desse grupo, tem como prioridade a redução da maioria penal, a

caiu em quase pela metade o contingente de parlamentares que pensam as políticas sociais e lutam pela efetivação dos direitos humanos. Sendo assim, as pautas, os projetos mais progressistas são os que encontram barreiras ao passo que as pautas que afetam a vida da juventude negra de forma mais negativa ganham se fortalecem.

Como ressalta o gestor I o plano incidiu no cenário político com a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que investiga a morte de jovens negros, a CPI foi instaurada no primeiro semestre de 2015, requerida pelo deputado Federal Reginaldo Lopes, motivada pelos altos índices de mortes violentas de jovens negros, usando como base os dados trazidos pelo Mapa da Violência. O objetivo da CPI é apurar a morte dos jovens negros. Os resultados esperados da CPI é a apresentação de um plano para a redução dos homicídios da juventude negra.

Além da CPI, tramita no congresso o Projeto de Lei 4471/2012, pelo fim dos autos de resistência, recurso regular que autoriza os agentes públicos a utilizarem os meios necessários para atuar contra pessoas que resistam à prisão em flagrante ou determinada por ordem judicial. O PL pretende incidir na alteração do Código de Processo Penal no que se refere a essa ação da polícia, o PL obriga a preservação da cena do crime, a realização de perícia e coleta de provas imediatas, e proíbe o transporte de vítimas em “confronto” com agentes policiais, que devem chamar socorro especializado, definindo a abertura de inquérito para que os casos sejam apurados.¹⁷

Para a gestora II é importante continuar para que o plano entre nas agendas de Estado e da sociedade, não fique apenas como agenda de governo, sem contar a necessidade de um redesenho do plano de forma que ele passe a ser mais efetivo, pois a entrega de política para a prevenção reduzem as vulnerabilidades mas não reduzem os homicídios. Para o gestor I poucas ações tem se concretizado, poucas ações que possam reduzir o número de mortes, o plano é apenas um conjunto de intenções, sem prática.

“As pessoas estão morrendo e a gente tá entregando melhorias nos territórios onde elas vivem e não entregando segurança na perspectiva de parar com a matança, então esse é um elemento muito difícil dentro do

permissão de porte de arma, o fim das penas alternativas, a modificação do Estatuto do Desarmamento e também do Estatuto da Criança e do Adolescente.

¹⁷Os autos de resistência podem ser definidos como procedimentos policiais lavrados para detalhar a ocorrência policial onde houve o uso da força após resistência ao ato legal praticado pelo policial, que deve ser feito não só em casos de mortes ou lesões graves, mas em todos os casos em que a força é empregada para vencer a resistência. (Bicalho, Kastrup, e Reishoffer, 2012:61)

plano, por isso eu tenho uma avaliação bem pessimista da continuidade dele se ele não olhar para a questão de fato das mortes.” (gestor I)

A análise da implementação do plano pelos gestores e entrevistados nos permite perceber que o plano encontra dificuldades na sua implementação, que há muitos entraves quanto ao desenvolvimento da política e das ações, desde questões burocráticas a questões políticas passando também pela questão do reconhecimento na importância de se pautar o tema na agenda da política pública. Todos os entrevistados e gestores encontram esses entraves, e cada um ressalta dificuldades diferentes. Para o Entrevistado I, reconhecer que existe racismo e trabalhar a questão da identidade racial com as pessoas é o que falta para que as ações do plano se concretizem.

“Os maiores entraves é o reconhecimento da existência do racismo e que as pessoas se reconheçam como negras.”(Entrevistado I)

O entrevistado II acredita que há um descompromisso institucional, falta vontade para fazer o plano acontecer, algumas secretarias se comprometem a fazer enquanto outras não, e essa desmobilização é continuada e vem também da juventude, o jovem não conhece as ações e não participam. Quanto a essa questão da mobilização o território IV, tem grandes avanços, no local existe uma comissão de jovens que está atuando no município, participa das reuniões da CPI e mobiliza outros jovens, porém as disputas políticas e partidárias tem enfraquecido essa mobilização direta dos gestores municipais com os jovens.

A falta de articulação em rede compromete o desenvolvimento das ações, de forma que não há esse diálogo entre os municípios, estado e sociedade civil. Os ministérios não estão integrados e comprometidos com a pauta, não há incentivo a juventude, aos movimentos organizados de juventude negra. Assim como o entrevistado IV ressalta, a Seppir e a SNJ não tem atuado de forma pontual com os municípios.

“Nós precisamos dessa acessória desse apoio logístico e técnico do governo federal, para a construção do plano, estamos atuando procurando buscar meios para essa formatação, mas hoje nós não temos técnicos capacitados a formatar o plano juventude, então precisamos sim de apoio institucional.” (Entrevistado IV)

Para a Gestora II, o racismo institucional é o maior entrave, e marcante para o fato de não haver um orçamento específico para o plano, que possa está disponível tanto para a coordenação federal quanto para os municípios, e para o descomprometimento dos gestores de políticas com a pauta. É necessário que haja

esse trabalho contínuo através das oficinas, monitorando as gestões para atuar quando houver mudanças políticas, e sensibilizar essas pessoas acerca do racismo institucional e da importância desse recorte racial para diminuir os índices de violência. Esse fator também é frisado pelo gestor I em sua fala.

“Tem um conjunto de 11 ministérios que supostamente fariam o plano acontecer, mas eles não se comprometem de forma suficiente, em alguns ministérios algumas PESSOAS pegaram essa pauta pra fazer acontecer e não O MINISTÉRIO.” (Gestor I)

A coordenação do Plano Juventude Viva é feita em conjunto pela SNJ e Seppir, as duas secretarias têm essa responsabilidade de articulação interministerial, e articulação com os municípios. A SNJ e a Seppir trabalham com as políticas transversais, incorporando a perspectiva de raça, gênero e geracionalidade e as demais políticas públicas, sendo esse o trabalho realizado dentro do Plano. O gestor I tem um olhar crítico a respeito dessa ação conjunta para ele isso é o que mais dificulta o avanço do Plano.

“Um entrave muito sério é a coordenação conjunta entre SNJ e Seppir e isso desde o início da formulação do plano existe, saber quem orienta as ações, quem compromete quem encaminha as coisas, a Seppir muitas vezes quis disputar espaço com a SNJ e a SNJ com a Seppir. [...]As duas estão disputando poder, num negócio que elas não mandam em nada, nenhuma tem poder, nem capacidade política na esplanada” (Gestor I)

As ações do plano são de redução de vulnerabilidades, a questão central posta pelos gestores federais é: será que reduzindo essas vulnerabilidades sociais os índices de mortalidade seguirão o mesmo fluxo? Para eles, que coordenam o desenvolvimento dessas ações elas tem sido apenas paliativas sem a garantia de que irá realmente mudar a realidade daquele território e de que os jovens realmente vão parar de morrer, então para os 2 gestores o Plano não é capaz de reduzir esses índices e caso não sofra alterações ele nunca terá essa capacidade.

Para todos os entrevistados, o plano pode sim reduzir o número de mortes, acreditam que essas ações, apesar de serem pontuais são o começo, e podem ter um impacto relevante para essa redução. Eles veem no plano uma oportunidade de transformação, sem deixar de fazer as críticas necessárias, percebendo todas as falhas que constam no desenho do plano.

Por fim, após a análise das falas dos entrevistados dos territórios e da Seppir e SNJ, foi perceptível que na totalidade das discussões abordadas durante as entrevistas, foi significativa as divergências de opiniões entre gestores federais e gestores municipais. Acredita-se que isso ocorra devido aos municípios não terem o

apoio necessário do governo estadual e federal para desenvolverem as políticas locais e isso inclui orçamento, recursos humanos, estrutura física e formação necessária.

Considerações Finais

*[...] mas reconheço os caminhos sei quem sou e de onde vim sou filho do ventre do mundo, a quem chamo de Mãe: África.
Herdeiro - Marcelo Caetano*

O objetivo desse trabalho foi analisar a implementação do Plano Juventude Viva sob a perspectiva dos gestores municipais de Águas Lindas de Goiás, Luziânia e Valparaíso e do Distrito Federal. Buscou ainda compreender a percepção dos gestores a respeito do racismo institucional e de que forma tal racismo influencia nos índices de violência de seu território.

A hipótese inicial da pesquisa foi de que a implementação do Plano Juventude Viva ocorre de forma incipiente nos municípios de Águas Lindas, Luziânia, Valparaíso e do Distrito Federal, devido a invisibilidade e não problematização do racismo institucional existente nos municípios. A análise dos dados pode confirmar essa hipótese, pois, apesar da maioria dos entrevistados e gestores reconhecerem que o racismo incide nos índices de violência e dificulta o desenvolvimento de políticas públicas, eles compreendem que esta é uma questão maior e que deve ser trabalhada tanto na articulação ministerial quanto municipal e que as oficinas foram muito pontuais não atingindo todos os envolvidos na implementação do plano.

Percebeu-se que, apesar dos territórios terem se comprometido com a implementação do Plano Juventude Viva, praticamente nenhuma ação vem sendo realizada objetivando a redução das vulnerabilidades à que estão expostas a população jovem, e mais fortemente, a juventude negra. Na maioria dos territórios as reduzidas ações executadas são destinadas a população jovem em geral, sem o recorte de raça/cor. Além disso, percebeu-se que a gestão federal pouco tem se relacionado com os territórios, para dar o apoio necessário ao desenvolvimento das ações e estreitar a relação com os ministérios envolvidos no plano.

Uma outra questão a ser pensada é a efetividade das Oficinas de Abordagem e Identificação do Racismo Institucional, uma vez que praticamente não houve a participação nos municípios, de gestores em cargos de chefia ou decisão. Apesar de reconhecer a importância da participação de gestores que implementam as políticas no nível local, já que podem contribuir não só modificando suas práticas cotidianas, mas também fomentando um reflexão nos órgãos governamentais sobre o combate ao racismo institucional, é importante também o envolvimento de gestores da área de formulação e decisão para que as ações, possam, de fato, serem efetivadas nos territórios, garantindo agenda e orçamento.

Os resultados apontaram que após seis meses da realização das oficinas nos territórios, os planos de combate ao racismo que foram construídos durante as oficinas, não foram implementados nos territórios. As oficinas alcançaram impacto no sentido de provocar

uma reflexão nos gestores sobre a influência do racismo na violência que acomete os jovens, no entanto, parece não ter fornecido ferramentas suficientes para a continuidade das ações, já que os entrevistados apontaram que falta assistência não só no nível local, mas também do governo federal para executarem as ações.

Enquanto isso, a cada dia os índices de homicídios vem crescendo cada vez mais nos territórios analisados e em todo o território brasileiro, o plano, apesar de, na sua atual formatação, não ter capacidade para reduzir de fato os homicídios, de uma forma positiva possui ações que reduzem a vulnerabilidade desse jovem a violência.

Tendo em vista que o jovem negro não é visibilizado e essa questão da violência não tem sido tão discutida dentro das políticas públicas, é necessário rever a formatação do plano e buscar estratégias para atuar junto com a segurança pública e as forças policiais assim como inserir o debate da questão racial na educação e nos movimentos culturais, criando estratégias para discutir junto a juventude a questão da violência e das formas de resolução de conflitos.

O Brasil precisa avançar no combate às desigualdades raciais, a partir de políticas públicas, e o Plano Juventude Viva tem o papel fundamental de reduzir vulnerabilidades na juventude, momento da vida, importante de aprendizado e construção de cidadania, mas também uma faixa etária protagonista e que potencializa o futuro, devendo ser protegida e fomentada no seu potencial. Para tal, é importante que a sociedade reconheça a existência do racismo que mata cotidianamente milhares de jovens negros, sujeitos fundamentais na transformação do país e na promoção da igualdade racial.

Referências Bibliográficas

- ABRAMO, Helena,. Considerações Sobre a Tematização Social da Juventude no Brasil. In: Juventude e Contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação. São Paulo: ANPEd, nº 5 e 6.
- ARAÚJO, Jurandir de Almeida. Racismo, Violência e Direitos Humanos: Pontos Para o Debate. Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos. São Paulo, 2014.
- BALARDINI, S. Políticas de juventud: conceptos y la experiencia Argentina. Última Década, Viña del Mar, 1999.
- BARROS, Geová da Silva. Filtragem racial: a cor na seleção do suspeito. Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo, v. 3, n. 2, p.134-155, ago. 2008.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BERNARDINO, Joaze. Ação Afirmativa e a Rediscussão do Mito da Democracia Racial no Brasil. Revista de Estudos Afro Asiáticos: Revista de Estudos Afro Asiáticos, São Paulo, v. 2, n. 24, p.247-273, jan. 2002.
- BICALHO, P. P. G., KASTRUP, V., & REISHOFFER, J. C. (2012). Psicologia e Segurança Pública: invenção de outras má- quinas de guerra. Psicologia & Sociedade, 24(1), 56-65.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988.
- BRASIL. IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Orientações para elaboração do Plano Plurianual 2012-2015. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. - Brasília: MP, 2011.
- CARA D.; GAUTO, M. Juventude: percepções e exposição à violência. In: ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E.; ESTEVES, L. Juventudes: outros olhares sobre a diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO, 2007, p. 171-196.
- CARRANO P. C. R; SPOSITO, M.; Juventude e políticas públicas no Brasil. Revista Brasileira de Educação.Nº. 24, Dez 2003.
- CONCEIÇÃO, Renata Maria da. A QUESTÃO RACIAL COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: UM DEBATE NECESSÁRIO PARA O SERVIÇO SOCIAL. 2013. 139 f. TCC

- (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- FERNANDES, Mônica Lúcia Rique. Gênero, raça e competências de direção no Serviço Público Federal. Pesquisa ENAP. Brasília, 2006.
- FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. As fronteiras raciais do genocídio. Direito Unb, janeiro-junho de 2014, vol.1, n.1.
- FLICK, Uwe. Introdução à metodologia de pesquisa. Porto Alegre. Penso Editoras. 2013.
- FRY, Peter. "Politics, Nationality and the Meanings of Race in Brazil". *Daedalus*, vol. 129, n. 2, 2000, pp. 83-118.
- GOMES, Lucilene Felipe. Políticas Públicas Para a Juventude: A Participação do Jovem em Sua Construção. 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. São Paulo.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Racismo e anti-racismo no Brasil. São Paulo: Editora 34, 1999.
- HALL, Stuart. 2003. Que negro é esse na cultura negra? In: Da Diáspora: Identidades e mediações culturais. Org. Liv Sovik. Editora UFMG; Brasília.
- IANNI, Octavio. A dialética da globalização. In: Teorias da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- GELEDÉS-INSTITUTO DA MULHER NEGRA. Guia de enfrentamento ao Racismo institucional. Brasil: 2013.
- GOMES, Nilma Lino. "Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre as relações raciais no Brasil: uma breve discussão". In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10639/03. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade-Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade 2005. (Coleção Educação para Todos)
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2005.
- MINAYO, M. C. de S. e SOUZA, E. R. Violência e saúde como um campo de interdisciplinar de ação coletiva. História, Ciências e Saúde - Manguinhos, IV (3). 1998.
- MOURA, Clóvis. História do negro brasileiro. São Paulo: Ática, 1989.
- MUNANGA, K. (org.). Superando o racismo na escola. Brasília: Ministério da

Educação/Secretaria de Educação Continuada/Alfabetização e Diversidade, 2006.

NASCIMENTO, Aline Maia. A linha tênue entre os vigias e os vigiados: AS PRÁTICAS POLICIAIS DE PM'S NEGROS EM SEUS ENCONTROS COM A COMUNIDADE NEGRA DO DISTRITO FEDERAL. 2014. 85 f. TCC (Graduação) - Curso de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

NASCIMENTO, João Gabriel do. RAÇA, MÍDIA E JUVENTUDE: REPRESENTAÇÕES DA JUVENTUDE NEGRA. 2014. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

PEREIRA, Potyara A. P; Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito e cidadania, In: Política Social no capitalismo, São Paulo, Editora Brasiliense, 1994.

RAIMUNDO, Valdenice José. A negritude da Pobreza no Espaço Urbano: Um Olhar Sobre a Dinâmica Viva Pela Juventude Negra Moradora de Áreas Segregadas no Estado de Pernambuco. 2010. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco. Pernambuco.

RUA, Maria das Graças. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. Disponível em: <http://vsites.unb.br/ceam/webceam/nucleos/omni/observa/downloads/pol_publica.PDF> . Acesso em 23 de novembro de 2014.

RICHARDSON, R.J. (et. al). Pesquisa social: métodos e técnicas. 3 ed. rev. aum. São Paulo: Atlas, 2009.

SALES JR, Ronaldo. Democracia racial: o não-dito racista. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 2, p. 229-258, nov., 2006.

SANTOS, Hélio. Discriminação racial no Brasil. In: SABÓIA, Gilberto. Anais de seminários regionais preparatórios para a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Brasília: Ministério da Justiça, 2001.

SANTOS, Sales Augusto dos; e SILVEIRA, Marly. "políticas de Promoção da Igualdade Racial e Ação Afirmativa". Salto para o Futuro, v. 12, 2010.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. Psicologia & Sociedade, São Paulo, p. 83-94. 2014.

SOUZA, Arivaldo Santos. Racismo institucional: para compreender o conceito. Revista da ABPN: v. 1, n. 3 - nov. 2010 - fev. 2011, p. 77-87.

SILVA, Maria Lúcia Lopes. Previdência Social no Brasil: (Des)estruturação do Trabalho e

Condições Para Sua Universalização. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Rodnei J. da, CARNEIRO, Suelaine, Violência racial: uma leitura sobre os dados de homicídios no Brasil - São Paulo: Geledés Instituto da Mulher Negra; Global Rights Partners for Justice, 2009.

SILVERIO, Valter Roberto. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. São Paulo , n. 117, p. 219-246, Nov. 2002 .

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. Bahia: 2002.

VALVERDE, Danielle Oliveira. Para Além do Ensino Médio: a Política de Cotas na Universidade de Brasília e o Lugar do Jovem Negro na Educação. 2008. 268 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

WASELFISZ, Júlio Jacobo (org.). Mapa da Violência 2013. Brasília: CEBELA-Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos e FLACSO Brasil, 2013.

Anexos

Anexo I - Roteiro para observação de oficina

1. É possível identificar pela fala dos mesmos se as ações do plano têm sido desenvolvidas pelo seu órgão?
2. Como é o envolvimento dos participantes com plano? Demonstram conhecimento das ações? Falam de alguma ação que realizam no município? Tem atividades conjuntas ou em rede para a realização? O que mais destacam do plano?
3. Como percebem a questão do racismo institucional? Falam de forma geral ou dão exemplos do seu Município?
4. Qual o envolvimento nas atividades desenvolvidas na oficina? Como é o envolvimento dos participantes nas atividades propostas. Aceitam prontamente, há resistência?
5. No planejamento das ações para execução do plano a nível do município, que dificuldades os gestores apresentaram?

Anexo II - Roteiro de Entrevista

Bloco 1. Perfil do (a) Entrevistado(a)

1. Nome:
2. Idade:
3. Raça/cor:
3. Orgão/Função:
4. Formação:
5. Há quanto tempo está na instituição:

Bloco 2. Abordagem/caracterização da juventude no município e racismo institucional

6. Quais são as principais características em relação à segurança da juventude no município?
7. Como o sr/sra identifica o racismo institucional na sua instituição?
8. Na sua opinião, existe uma relação entre racismo institucional e violência na juventude? Como ocorre? Acredita que racismo incide no aumento dos índices de violência contra juventude negra?

Bloco 3. Implementação do Plano

9. Como o sr/sra avalia a implementação do Plano Juventude Viva em seu território?
10. O que modificou nas suas ações após a participação na oficina de abordagem e identificação do racismo institucional?
11. Qual o grau de importância das oficinas na atuação profissional dos gestores do plano?
12. Quais são os maiores entraves/desafios para implementação do plano no seu município?
13. Como você compreende que as ações do plano contribuem para redução da mortalidade da juventude negra?

Anexo III - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa "Análise da implementação do Plano Juventude Viva sob a perspectiva dos/as gestores/as municipais do Distrito Federal e da região integrada de desenvolvimento do DF e entorno", de responsabilidade de *Raylane Stephany Barbosa de Souza*, aluna de *graduação* da *Universidade de Brasília*. O objetivo desta pesquisa é Analisar a implementação do Plano Juventude Viva e mapear limites e possibilidades encontrados pelos gestores municipais para a execução das ações em Águas Lindas, Luziânia, Valparaíso e Distrito Federal. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de *um roteiro semiestruturado com questões abertas*. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

Espera-se com esta pesquisa *Compreender como está sendo implementado o Plano Juventude Viva e a compreensão do gestor acerca do racismo institucional, como este incide no desenvolvimento das ações do plano*.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone (61)91534346 -ou pelo e-mail *raylanesbs@gmail.com*.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/IH. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos através do e-mail do CEP/IH *cep_ih@unb.br*.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Assinatura da Pesquisadora

Assinatura do(a) Participante

Brasília, ____ de _____ de _____